

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2016

Aos 28 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta e três minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras deputadas municipais: Maria Luísa da Cunha Ribeiro e Tânia Gil da Rocha.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ António Toledo Alves ■ Carlos Jorge Belerique Ormonde ■ David Gabriel Cabral dos Reis ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ Isabel Maria Dinis Berbereia ■ Irina Mendes Pimentel ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ José Duarte Azevedo Viceto ■ José Eduardo Vieira Pimentel ■ José Fraga Ferreira Machado ■ José Machado Ferreira dos Santos ■ Luís Leonel Teixeira Salvador ■ Marco Paulo Vieira Alves ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Tibério Gil Lopes.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:

Henrique Ferreira dos Santos.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Francisco José Lopes Câmara ■ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ■ Honorato Bettencourt Lourenço ■ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ■ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ■ Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa ■ Nancy Marie Pinheiro ■ Péricles Pereira Ortins ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

António Félix Flores Rodrigues ■ Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Michele Soveta Aguiar ■ Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Fernando Francisco de Paiva Dias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 30 de setembro de 2016 foi aprovada com 37 votos a favor (23 do PS, 11 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do deputado independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

- **Ofício da CMAH n.º 3382 de 31-10-2016 a enviar o Orçamento da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.**
- **Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo n.º 343 de 14-11-2016 a comunicar a alteração de presidência daquela Comissão.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Dr. Bento Barcelos (provedor da Santa Casa da Misericórdia de A. H.): – Muito bom dia. Cumprimento a Mesa na pessoa do senhor presidente, o executivo camarário e todos os membros dos grupos parlamentares.

Intervenho como munícipe mas não me posso dissociar da realidade de servir a Santa Casa da Misericórdia na qualidade de provedor, objetivo que me traz aqui para umas curtas e breves palavras no momento e lugar próprios em que o parlamento municipal se reúne nas suas plenas funções para a discussão e votação do orçamento e plano de atividades para o ano 2017.

No próximo dia 1 de janeiro completam-se 37 anos após o terramoto que destruiu o antigo convento das Concecionistas e antigo hospital da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sito à Guarita, um imóvel classificado como património concelhio integrado na zona classificada da cidade património mundial. Quando os irmãos me fizeram provedor, fiquei com a incumbência de envidar todos os esforços para a reconstrução/recuperação deste imóvel como foi proposto à mesa administrativa e aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia.

Na revolução pombalina, a extinção de ordens religiosas e conventos tocou também ao convento das Concecionistas construído no início do século XVII que desde essa altura ficou destinado a vários serviços, servindo até para aquartelamento militar por altura das lutas liberais no início do século XIX.

Na fase inicial do governo civil, os homens de então responsáveis pela cidade e pelo município, juntamente com a Misericórdia, entenderam que o hospital sito na rua de Santo Espírito ao lado a atual igreja era demasiado exíguo para servir todo o concelho e para o apoio que dava a toda a navegação que passava por Angra. Fizeram então diligências junto do governo régio para que o hospital fosse instalado no antigo convento das Concecionistas onde funcionou entre 1835 e 1965/66, altura em que foi dado por concluído o hospital público de Angra do Heroísmo que se encontra atualmente desativado. Em primeiro lugar foram transferidos os serviços de medicina e cirurgia e por último os serviços de infetocontagiosas que ainda me recordo de funcionarem nesse hospital da Misericórdia.

Uma parte do edifício foi utilizado para fins de lar de idosos, na altura designado por asilo, mais tarde por casa de repouso e agora designado por ERPI (Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas). Reparem como esta semântica vai evoluindo à medida da evolução das problemáticas sociais.

Não podemos continuar com este crime lesa património, mantendo aquele edifício em ruínas pelo seu impacto histórico e por se tratar de uma estrutura conventual, um edificado monumental numa zona que demarca nitidamente o início da cidade quando se vem do lado Leste.

Foram estabelecidos contactos com o senhor presidente da Câmara e a sua vereação para a celebração de um protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para a integração da igreja das Concecionistas no PIRUS (Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável) num valor que ultrapassa um milhão de euros.

Sou um cidadão desta cidade que também serviu esta Assembleia Municipal durante quatro mandatos; apanhei o primeiro de três anos, mais três mandatos de quatro anos e um mandato como vereador da oposição. Estou aqui também como provedor para manifestar o agrado e o contentamento da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia.

Creio tratar-se de uma oportunidade única; por isso quero manifestar este apreço ao senhor presidente da Câmara e à sua vereação, extensivo a todos vós por aprovarem o orçamento deste município, por se tratar de um projeto indispensável para a nossa cidade e um elemento identitário que marcou a última e significativa etapa da existência do hospital da Misericórdia.

Pretende-se assim recuperar este edifício, reintegrando-o na zona classificada para que se torne num espaço potencial para a visita cultural e turística, um circuito de monumentos religiosos e conventuais. Pretende-se a abertura da igreja para fins de natureza social relacionados com a dignidade de momentos de velório nas freguesias citadinas de Angra onde não existem capelas mortuárias, à exceção de Santa Luzia.

Já falei com os senhores presidentes de junta a respeito da proposta de criação de um protocolo para que a igreja e a sua sancristia sejam utilizadas como espaço digno de apoio às famílias nos momentos de despedida dos que vão deixando esta vida.

Manifesto o meu apreço pela inclusão desta igreja das Concecionistas no conjunto de investimentos que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pretende candidatar no âmbito do PIRUS. Com a reconstrução daquela igreja, regressaria o espólio interior dos seus altares, nomeadamente a sua talha dourada, o arcaz, o arco triunfal, etc., que não se encontra na ilha devido à ausência de um centro de restauro que o pudesse receber no início dos anos 80. Depois de instalado esse espólio, estou convencido que desempenharemos um bom papel em prol do nosso património edificado, sacro, religioso e conventual.

Se, daqui a dois anos tivermos a igreja das Concecionistas reedificada, teremos um papel importante de respeito pela história da nossa instituição que é a Santa Casa da Misericórdia que conta já com 518 anos. Antes de Angra ser cidade, já existia a Misericórdia de Angra, contemporânea da Misericórdia de Lisboa.

O respeito por uma instituição com mais de meio milénio de existência exige a recuperação dos seus monumentos e este é indispensável pela sua história, por todos os que dele fizeram parte ao serviço da instituição, dos que a servem e pretendem fazê-lo no futuro. Desejo a todos um feliz Natal e um bom ano novo. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Muito obrigado, senhor provedor. Com a reconstrução da igreja das Concecionistas fica mais rica a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, os angrenses e os terceirenses em geral. Em nome da Mesa da Assembleia, retribuo os votos de um feliz Natal extensivos a toda a mesa administrativa da Santa Casa, elementos e irmãos da instituição.

Sr. presidente da Câmara: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhores vereadores e restantes membros da Assembleia. Congratulo-me com a presença do senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia e aproveito para contextualizar o que aqui foi dito.

Para além do protocolo que será celebrado com a Santa Casa da Misericórdia, será também celebrado um outro de semelhante teor com o Livramento visando a reconstrução da igreja de Santo António dos Capuchos e um terceiro com a Fanfarras Operária para recuperar uma parte do edifício que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. Através dos mecanismos que foram estabelecidos para a regeneração urbana, pretende-se dar o destino adequado a alguns dos edifícios mais emblemáticos desta cidade que infelizmente ainda se encontram em ruínas.

Nas duas primeiras obras ficam ainda a faltar dois aspetos extremamente importantes dos quais esta Assembleia deve tomar conhecimento por se tratar de uma matéria merecedora do

empenho de todos nós. Para além da igreja, estão associados claustros e um conjunto de outras construções que eram a essência dos dois conventos aqui referidos.

Neste momento, e porque é difícil integrar tudo no Plano de Regeneração Urbana Sustentável, optou-se pela integração das partes mais emblemáticas e significativas dos imóveis, que são as duas igrejas, mas é necessário continuar todo o processo até à reconstrução dos claustros de grande interesse arquitetónico e valor histórico. O claustro de Santo António dos Capuchos está também ligado a um dos momentos mais difíceis da história desta cidade que foi um surto de peste que a devastou autenticamente. Trata-se de um elemento histórico que se encontra esquecido e precisa de ser recuperado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma interpelação à Mesa): – Muito bom dia a todos. Se por um lado, agradeço as explicações do senhor presidente da Câmara em relação à intervenção do senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia Bento Barcelos, por outro gostaria de lembrar que o regimento não permite intervenções a seguir ao período destinado ao público, porque não me foi atendido um pedido na sessão anterior da Assembleia Municipal quando pedi a palavra para comentar uma intervenção aqui ocorrida.

Penso que deverá haver um critério; ou se cumpre o regimento ou se aplica alguma flexibilidade que defendo, porque as intervenções do público são importantes e pouco frequentes nas sessões desta Assembleia e poderiam merecer uma resposta imediata, um comentário ou até um carinho por parte dos seus membros.

Agradeço as explicações úteis do senhor presidente da Câmara mas lamento que não tenha existido o mesmo tipo de flexibilidade para com os deputados municipais em sessões anteriores da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Cumpra-se o regimento que refere no artigo 18º, nº 8 o seguinte: *«Terminado o período fixado nos termos do nº 3 e do nº 7 do presente artigo, a Mesa dará resposta às perguntas formuladas pelo público, salvo se forem questões no âmbito da Câmara Municipal, situação em que a Mesa poderá ceder ao presidente da Câmara ou ao vereador por ele designado um período nunca superior a 3 minutos para cada pergunta para prestar esclarecimentos.»*

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pergunto ao senhor presidente da Mesa quais as questões colocadas pelo público porque foram aqui apresentadas algumas preocupações e não questões.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia veio falar na reconstrução da antiga igreja das Concecionistas com intervenção direta da Câmara Municipal e o senhor presidente da Câmara entendeu e bem dar informações complementares sobre a questão em apreço. Por se tratar de uma situação excepcional, concedemos mais tempo ao senhor provedor e penso que toda a gente estará de acordo com essa benevolência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de lembrar que, nos documentos que discutiremos mais à frente nesta sessão não há rúbrica aberta em termos de dotação orçamental para os investimentos em questão. Ver-se-á se haverá ou não intervenção da Câmara Municipal em documentos previsionais futuros e aguardaremos também os documentos previsionais do Governo da região para averiguarmos o apoio a conceder a essas importantes obras. Estamos de acordo, não faz mal, mas fica aqui marcada esta posição e a razão penderá para um dos lados quanto à intenção da resolução daquele problema do concelho, do município e da Santa Casa da Misericórdia.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Ao longo destes 3

anos de mandato tivemos algumas preocupações em comum que afetam a cidade e os municípios como as questões de trânsito, de estacionamento e de apoio ao comércio. No que respeita às questões do estudo de trânsito, do qual pouco se conhece, gostaria de ouvir por parte do senhor presidente da Câmara algumas explicações diferentes das que nos têm sido dadas em reuniões anteriores.

Dou os parabéns à Câmara pela forma como decorou a cidade e a preparou para ajudar o comércio local nesta quadra natalícia; é bom vê-la animada e cheia de gente ao domingo com as lojas abertas mas é muito difícil encontrar um lugar para estacionar.

Recordo uma entrevista dada pelo senhor presidente da Câmara há tempos em que dizia não haver problemas de estacionamento em Angra mas as dificuldades são cada vez maiores, fruto também das iniciativas promovidas pela Câmara para dinamizar o centro histórico. Estas iniciativas são louváveis mas não deixa de ser um pouco dramático, andarmos quase 20 minutos à procura de um lugar para estacionar na cidade ao fim de semana.

Passados pouco mais de três anos de mandato deste executivo, pergunto ao senhor presidente da Câmara que novidades tem para nos dar a respeito da eventual construção de novos espaços para que as pessoas se desloquem cada vez mais ao centro da cidade.

Ontem começou a chover quando terminou o espetáculo no adro da Sé e muitos tiveram que se deslocar até ao cerrado do Bailão onde tinham deixado o carro. Visto que, nesta quadra, o comércio estará aberto também aos fins de semana e feriados, pergunto se haverá da parte da Câmara Municipal alguma disponibilidade em alargar o funcionamento do mini bus e se, à semelhança do que acontece noutras autarquias do país, poderia haver isenção de pagamento de parquímetros aos sábados de manhã para incentivar ainda mais a vinda das pessoas ao centro da cidade.

Sr. presidente da Câmara: – Ontem estive em Angra durante grande parte do dia, saí e voltei com o meu carro pelo menos umas três vezes e estacionei num Bailão com utilização a cerca de meia casa. Talvez faltasse estacionamento na Praça Velha ou na rua Direita mas daqui ao cerrado do Bailão são 420 metros. Bem sei da importância das condições de estacionamento no centro da cidade mas o Bailão está no centro.

Assisti com desagrado ao engarrafamento que se verificou em torno da Praça Velha. Mais uma vez as paragens encheram-se de carros e o autocarro entupiu o trânsito devido à nossa proverbial indisciplina e à falta de policiamento; se houvesse por ali um polícia, nada disto teria acontecido.

Aproveito para dizer que, como acontece em outras cidades do arquipélago com o estacionamento gerido pela mesma empresa, a partir do próximo sábado e até ao dia de reis, teremos as isenções que são já tradição.

O alargamento do horário de funcionamento do mini bus não está previsto e não me parece necessário porque a cidade tem um centro muito compacto, as distâncias a percorrer não são muitas e a procura é muito escassa. Mesmo em dias normais de trabalho durante a semana, tirando duas ou três carreiras, temos baixa procura pelo mini bus, apesar de se ter feito um esforço muito grande no sentido de o tornar mais apelativo. Criou-se um passe mensal com viagens ilimitadas por apenas 5 euros e o ano passado por esta altura fez-se uma campanha de promoção com a oferta da adesão; mesmo assim o sistema de transporte urbano continua com uma adesão relativamente baixa, é usado essencialmente por quem vive na parte mais alta da cidade e para o acesso ao hospital. As linhas do centro para a periferia são as que têm maior procura e não o inter parques como em tempos se pensou porque dá mais trabalho apanhar o autocarro no Bailão do que vir à Praça Velha a pé.

Foi adjudicada a construção de cerca de 300 lugares de estacionamento ao lado do Relvão e estão a decorrer os trâmites para a celebração do contrato e posterior remessa ao Tribunal de

Contas. Esta obra só poderá iniciar-se quando concluída a de uma infraestrutura destinada a treino militar e físico dentro do quartel que permitiu a disponibilização à autarquia daqueles terrenos em frente ao tanque do azeite onde será construído este parque de estacionamento que ficará muito perto do centro da cidade vindo ali pela zona da Casa da Roda.

O terreno onde se encontra o tribunal foi agora registado em nome da Câmara e já foi aceite pelo Ministério das Finanças a proposta para a permuta pelo espaço de estacionamento ao lado que pertence ao Estado e a Câmara tem mantido arrendado. Existe ali um enclave de um particular com o qual a Câmara já estabeleceu um pré-acordo de aquisição, o que nos permitirá montar uma estrutura metálica com três andares para acomodar cerca de 300 automóveis, uma boa alternativa perto do centro que não precisa de grandes investimentos.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Em primeiro lugar gostaria de referir que a alteração para a iluminação LED no centro de Angra resultou e está muito melhor. Congratulo-me também com os arranjos da iluminação da cidade nesta época festiva, opinião partilhada com muitas pessoas com quem tenho conversado.

Pergunto ao senhor presidente se está prevista alguma alteração noutras ruas da cidade como a rua de S. Pedro, a rua da Guarita, a rua do Rego e outras que são ruas de residência com circulação de pessoas mesmo durante a noite e apresentam um nível de iluminação muito precário.

Sr. presidente da Câmara: – Em conjunto com a EDA estamos à procura de uma boa solução para a substituição nas áreas onde a iluminação é muito gastadora, particularmente a zona das avenidas, o bairro de Santa Luzia e algumas praças da cidade onde existem lâmpadas de 150 e de 250 Watt.

Temos também um problema com as luminárias dos quarteirões atrás da Sé que são em ferro de má qualidade, estão a dissolver-se, a sujar as fachadas das casas que as suportam e não permitem a montagem de lâmpadas em LED devido ao tipo de encaixe. O mesmo acontece com a iluminação do Bailão que é extremamente gastadora e precisa de ser substituída e já foram adquiridas as novas lâmpadas para lá serem instaladas.

Quanto às ruas que referiu, às quais junto a rua do Galo e a Ladeira de S. Francisco, são ruas com muita circulação que possuem uma iluminação com lâmpadas pequenas e luminárias muito curtas adossadas aos edifícios o que impede uma boa projeção da luz que se concentra essencialmente sobre a parede.

A substituição dessas lâmpadas implica um investimento muito substancial. Pensámos em seguir uma lógica semelhante à da rua da Sé com a colocação de candeeiros de pé afastados do edifício, o que implica a revisão do estacionamento. Como a rua do Galo é muito larga, acaba por haver estacionamento duplo com grandes incómodos causados a quem fica preso do lado de dentro. Com o alargamento desses passeios resolve-se também o problema da falta de espaço para a colocação de candeeiros de pé.

Foi também feito o planeamento para a colocação desse tipo de candeeiros no troço da rua do Palácio entre o posto dos correios e o cruzamento com a rua do Rego que possui também os candeeiros adossados aos edifícios.

Não poderá ser aplicada a mesma solução à rua de S. Pedro e à rua da Guarita devido à falta de espaços nos passeios mas estamos à procura de luminárias adequadas de braço comprido para que a lâmpada fique afastada da parede e proporcione uma boa dispersão da luz sem grandes perturbações do ponto de vista estético.

Pretende-se escolher uma luminária com a mesma tipologia para toda a cidade, se possível em inox com aqueles LED's encastrados semelhantes aos que estão na avenida Ten. Cor. José

Agostinho. Já localizámos alguns fabricantes e estamos a ver se conseguimos um preço razoável.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Começo por cumprimentar o engenheiro Rui Andrade, ex-presidente da Câmara Municipal que se encontra aqui presente e aproveito para relembrar à Câmara e à Assembleia Municipal que às vezes se esquecem de convidar para os seus eventos, os ex-autarcas que muito nos poderiam prestigiar com a sua presença, conselhos e acompanhamento e que por vezes não são devidamente valorizados e respeitados como eleitos que foram pelo povo.

Como estamos no período de Antes da Ordem do Dia, não posso deixar de salientar o evento mais importante do concelho nos últimos tempos que foi a vinda do primeiro-ministro chinês à ilha Terceira com o impacto que teve na comunicação social e na nossa terra. Peço ao senhor presidente da Câmara que nos faça um relato do que se passou, que diálogos houve e o que a ilha poderá esperar desta visita que, além de política, deverá ter também uma importância económica, social e turística para o município.

Sr. presidente da Câmara: – Saúdo também o engenheiro Rui Andrade, reconheço que de vez em quando nos esquecemos de convidar os ex-autarcas, e como futuro ex-autarca temos que mudar isso.

A visita do primeiro-ministro da China teve de facto um grande mediatismo e foi das poucas vezes que a nossa cidade apareceu na comunicação social a nível global. Foram transmitidos pela televisão chinesa excertos do concerto que aconteceu na Praça Velha que foi visto por alguns milhares de milhões de pessoas. Esta visita permitiu uma melhor projeção de Portugal no mundo mas não nos devemos sobrepôr à Assembleia da República nem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde creio que esta matéria terá sido devidamente valorizada.

Para além da projeção da cidade e do concelho, resultaram dois convites do governo chinês para a visita de grupos de empresários que pretendam efetuar negócios com a China. Um dos grupos esteve lá há cerca de duas semanas, o outro parte no próximo sábado. Desconheço os resultados mas tem havido um sério esforço da parte chinesa no sentido de encontrar potenciais parceiros em áreas de interesse.

As pessoas que lá foram na visita anterior consideraram-na extremamente positiva, pelo menos no que respeita a potenciais parceiros nas respetivas áreas da sua atividade económica, e a visita da próxima semana tem os laticínios como área temática onde estarão presentes as duas principais empresas de laticínios. Da parte da Câmara, foram criadas as condições para que as coisas acontecessem e os empresários terão que fazer o que lhes compete. Como não posso participar nessa visita por razões pessoais, serei substituído pelo senhor vereador Guido Teles.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Senhor presidente, mais uma vez a pergunta da praxe. Já vamos com três anos de mandato e pensei que a situação do troço da escola de S. Carlos se ia resolver...

Sr. presidente da Câmara: – Também eu.

Sra. d. m. Rita Andrade: – A situação arrasta-se desde a altura da Dra. Andreia Cardoso, continua preocupante com aquelas crianças a circularem por ali com muita frequência e espero não seja preciso acontecer uma desgraça para que tudo se resolva. Sei que a responsabilidade não é da Câmara mas é este o espaço onde posso expressar as minhas preocupações. Não entendo toda esta demora e pergunto ao senhor presidente da Câmara se nos pode dar alguma novidade relativamente a esse processo.

Por ter sido eleito legitimamente, o senhor presidente resolveu fechar o troço em frente ao edifício da Câmara Municipal e a Praça Velha transformou-se num parque de estacionamento.

Por vezes alguém para do lado do hotel ou encostado à praça para conversar ou para ver o espetáculo e o mesmo acontece do lado contrário quem sobe para a rua da Sé. Talvez tenha sido esse o problema de sábado passado referido há pouco pelo senhor presidente da Câmara porque o autocarro fica bloqueado devido aos carros parados em frente ao café Aliança e aos que param junto à praça. Se o edifício da Câmara era pouco dignificado devido aos carros que lhe passavam em frente por alguns segundos, neste momento a Praça Velha virou um parque de estacionamento constante e julgo que a Câmara deve solicitar a intervenção da polícia.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que terei de lhe dar razão. Em relação à situação de S. Carlos, infelizmente já aconteceu um acidente com alguma gravidade no que se previa que pudesse acontecer e é lamentável que ainda não se tenha começado a obra cujo contrato foi assinado há cerca de um ano. Entretanto houve problemas com a expropriação dos terrenos e um conjunto de outras questões e não sei o que aconteceu. A senhora deputada tem toda a razão e espero que o assunto se resolva rapidamente.

Também sou utente diário daquele troço e constato que a situação é deveras perigosa e incómoda. Todos nos deparámos já com um daqueles momentos em que tivemos que parar devido à falta de espaço para passar um carro e um peão, um dia as coisas não vão correr bem e farei chegar ao Governo Regional esta preocupação que partilho consigo.

Como as pessoas têm o hábito de parar o carro em qualquer lado quando se vai aos touros, acham que essa regra também se aplica à Praça Velha. Quando há carros parados do lado de baixo, o autocarro não consegue fazer a curva diante da Caixa Geral de Depósitos e bloqueia imediatamente todas as vias.

Quando decorre um espetáculo na Praça Velha os carros de roda fazem barulho e lá vão duas buzinelas do autocarro no meio do concerto, o que não é lá muito agradável. Temos falta de policiamento na cidade e esperar-se ia que a PSP destacasse alguém para aqui quando há um evento com a presença de muita gente. Isto leva-nos a outra discussão que teremos que ter a devido tempo a respeito da existência de uma polícia municipal.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, caros colegas deputados municipais. Agora toda a gente fala nas questões das irregularidades e do cumprimento das regras de trânsito, um problema que tenho vindo a referir há mais de três anos e se tem tornado no efeito «bola de neve».

Neste momento há já esquemas montados que prejudicam o estacionamento para que não se pague parquímetros. Toda a gente sabe que não paga nem é multado ao estacionar em segunda fila quando há 20 ou mais lugares disponíveis pela rua acima. As pessoas sabem que os funcionários dos parquímetros não podem autuar nestas situações do estacionamento em segunda fila porque assim se determinou quando poderia ter-lhes sido dado esse poder.

É necessário que se faça alguma coisa. Além da situação da Praça Velha e da rua do Galo, qualquer pessoa que pretenda comprar pão, deslocar-se à farmácia ou ao multibanco, para na rua da Sé.

Há outro problema quem sai da Praça Almeida Garrett para a esquerda na rua da Guarita até à leitaria ou para a direita até à farmácia. Há dias havia um carro parado porque alguém tinha ido à loja do chinês e um outro parado do outro lado da rua com o condutor a conversar com o senhor da Latoaria Santos o que fez com que o semáforo abrisse e fechasse duas vezes sem que o trânsito conseguisse avançar entre os dois carros. Continuo a acreditar que o problema não é a saída da praça Almeida Garrett nem com a viragem à esquerda ou à direita; o problema é que por vezes não se consegue circular pelas razões que referi.

Sr. presidente da Câmara: – Pode dizer-se que as pessoas fazem isso nas barbas da polícia.

Sr. d. m. João Santos: – O outro dia vi o carro da polícia a fazer uma manobra na rua da Sé em que foi preciso recolher o espelho para conseguir passar. No que toca à PSP e ao policiamento, nesta cidade vê-se de tudo, vale tudo e não é de hoje.

Sr. presidente da Câmara: – A polícia não precisa de sair da sua esquadra para ver o que se passa; basta vir à janela. Quando para um carro ali bloqueia todo o trânsito e o mesmo se passa quando as pessoas carregam sacos diante da porta do supermercado Guarita, esquecendo a existência de um espaço nas traseiras para esse fim. O mesmo acontece um pouco mais adiante com uma zona em que é possível estacionar durante a noite, as pessoas às vezes esquecem-se de retirar o carro durante o dia e o trânsito fica bloqueado antes de se chegar ao semáforo.

Temos problemas recorrentes em todo este eixo desde a rua da Sé até ao Largo de S. Bento que só serão resolvidos com um policiamento adequado. Já fiz chegar esta matéria à PSP mas vou tentar forçar um pouco mais estas coisas que temos pendentes e precisamos de resolver.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não é por acaso que os assuntos referentes ao trânsito caem recorrentemente nesta Assembleia Municipal; justiça seja feita ao deputado João Santos que os tem referido por várias vezes mas os problemas maiores começam na Silveira e vão até à rotunda da praça de toiros.

Não é por acaso que a discussão sobre a utilidade, custos e competências das polícias municipais tem sido recorrente nesta casa sempre com a oposição do Partido Socialista e dos seus presidentes de Câmara que agora mostram alguma abertura a essa questão porque as coisas começam a piorar. Também não é por acaso que as bancadas do PSD e do CDS-PP têm solicitado a divulgação do estudo de trânsito que a Câmara Municipal encomendou e pagou a um gabinete de projetos local. Na altura levantámos as dúvidas que entendemos prementes acerca da capacidade e competência técnica desse gabinete de projetos ou de outro qualquer ao nível local porque entendemos que lhes falta o *know how* para encontrar as soluções de trânsito adequadas.

Não foi por acaso que criticámos as mudanças que foram sendo feitas no concelho neste eixo que acabámos de referir antes de serem conhecidos quaisquer resultados do estudo de trânsito e parece que algo piorou; se tudo estivesse bem não estaríamos hoje a discutir os problemas de trânsito.

Senhor presidente, venha daí esse estudo para que o possamos discutir, criticar e encontrar os consensos necessários para resolver os problemas de trânsito na cidade de Angra. Haverá zonas subaproveitadas e outras onde o estacionamento escasseia e leva a constrangimentos e de nada servirá qualquer alteração se o trânsito não for devidamente fiscalizado pela PSP, pela polícia municipal ou por outro método qualquer.

Sr. d. m. João Santos: – Não é a primeira vez que vejo a PSP a fiscalizar o estacionamento na Praia da Vitória. Quero partilhar com o senhor presidente da Câmara um caso que foi motivo de admiração na pastelaria Artísia, por detrás do Centro de Saúde da Praia onde me encontrava, em que toda a gente veio à porta.

Vi dois carros a serem rebocados pela viatura de reboque da PSP. Levaram um e vieram buscar outro e o caso suscitou a admiração de toda a gente. A empregada ficou muito admirada e disse que nem sabia que a polícia tinha um reboque. Ainda estávamos na Secretaria quando esse reboque avariou e esteve parado durante anos por falta de peças e de combustível. Pergunto se não haverá alguma diferença de atuação por parte da PSP em ambos os concelhos porque, na Praia da Vitória, até reboques de carros eles fazem.

Sr. presidente da Câmara: – Não há diferenciação. De vez em quando a PSP também faz algumas operações em Angra mas sem a assiduidade necessária. Na semana passada atuou junto aos correios e aqui na rua do Galo; fá-lo ocasionalmente naquelas situações mais escandalosas mas não é suficiente. É necessária uma presença permanente na cidade de alguém

que faça fiscalização de trânsito e não basta uma passagem ocasional como a que fazem rotativamente em ambos os concelhos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 a 30 de setembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – A atividade municipal tem-se mantido dentro da normalidade sem razões para preocupações no que respeita às questões de natureza financeira da autarquia. A execução está a seguir a curva prevista apesar de algumas dificuldades verificadas no arranque de algumas obras ligadas às questões do financiamento devido à complexidade das candidaturas deste quadro comunitário.

Temos algumas candidaturas aprovadas mas não tantas quantas seriam necessárias por razões de natureza técnica e burocrática devido à quantidade de textos necessários, algo a que não estávamos habituados. Estas dificuldades parecem-me transversais a todos os potenciais beneficiários. Pode ser que entretanto aprendamos a elaborar melhor essas candidaturas, esperando também alguma flexibilização por parte de quem as aprova. Se continuarmos com este rigor e complexidade teremos sérias dificuldades em dar execução ao quadro.

No que respeita às obras em curso, tivemos uma dificuldade de todos conhecida relacionada com uma recusa de visto referente à construção de um reservatório dos Serviços Municipalizados na Canada da Roseira por não termos publicado o lançamento do concurso no Diário da República. O decreto legislativo regional diz que não é necessário mas o Tribunal de Contas entende que deve ser seguida a legislação nacional e acabámos por ficar no meio de um problema. Dado o valor da obra é possível fazer a sua decomposição e retomaremos o seu andamento, não tendo resultado daí grande prejuízo.

Está a aproximar-se do fim a obra de adaptação do edifício da casa do Capitão Donatário na rua do Marquês para ser usado numa primeira fase por empresas *startup*. Associada a esta está também em curso a obra de alargamento do jardim com alguma importância para a cidade.

Como referi há pouco, aproxima-se também da fase final a construção de uma nova estrutura de educação física no interior do quartel que permitirá libertar o Relvão em definitivo e todos aqueles terrenos adjacentes para avançarmos com a construção de um parque de estacionamento e de uma ligação entre o tanque do azeite e a rua José Silvestre Ribeiro por detrás do Clube Náutico cuja pavimentação se encontra já na fase final.

Em curso está também a obra do troço junto aos bombeiros que se encontrava em mau estado. Teve o seu início pela rua Frei Diogo das Chagas por detrás do museu até aos semáforos à saída do liceu e o calcetamento seguirá as mesmas regras aplicadas aqui em baixo com a colocação de uma estrutura em cimento por debaixo da calçada para evitar deformações.

Está em desenvolvimento a obra de resolução dos problemas da zona das Figueiras Pretas. Foi removida uma casa que existia em cima da ribeira e está quase no fim a construção de um muro de contenção que permitirá a criação de uma bacia de retenção de pedras e lodos que criavam problemas naquela rua cada vez que chovia. Encontra-se em adjudicação a segunda fase da obra que é a reposição do muro de gaviões ao longo da estrada pelo lado direito para se resolver ali um problema de instabilidade ao longo daquele percurso.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Começo por lamentar mais uma vez a ausência da comunicação social nesta sessão da Assembleia onde se discutem as contas do município e as previsões para o próximo ano. A ausência da RTP é recorrente mas o Diário Insular não costuma faltar.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que vêm na fase final para ouvirem as pessoas...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Preferiria que acompanhassem os trabalhos, em nome do bom jornalismo. Valha-nos pelo menos a presença de alguns elementos da direção da Rádio Clube de Angra.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara respondesse às questões que coloquei acerca do estudo de trânsito que o senhor encomendou e pagou. Já nos disse que o estudo antigo era muito bom mas não nos fala do novo.

Finda a época balnear, e esperando-se um aumento efetivo do turismo no nosso concelho, julgo que o melhoramento da qualidade das nossas zonas balneares merece especial importância sobretudo ao nível dos pavimentos, das instalações e das infraestruturas de apoio e pela consulta dos documentos previsionais não se preveem investimentos de monta nessa área.

A última vez que aqui estivemos reunidos falámos da praga dos pombos no concelho. Gostaria que o senhor presidente nos adiantasse o que já foi feito e que medidas estão em prática para controlar essas populações sabendo que na ilha de S. Miguel recorreram a métodos de envenenamento para controlo de gaivotas junto a aterros sanitários, o que acarretou um conjunto de problemas. Gostaríamos que fossem tidos em conta os erros cometidos por outros para que as mesmas situações não se repitam aqui.

Gostaria também de saber como estão a decorrer os primeiros testes referentes à incineração de subprodutos animais, assim como a monitorização das emissões de gases para o ambiente.

Julgo que neste momento se poderão fazer algumas avaliações respeitantes ao tratamento das térmitas. Trago aqui este tema porque foi introduzida a nova tecnologia de tratamento através do calor húmido mas sabemos que há falhas porque alguns locais sujeitos a esse tratamento mantiveram térmitas ativas como aconteceu no edifício da Assembleia Regional na rua de S. Pedro, uma das zonas mais afetadas do concelho, onde constatámos a sua presença logo após a saída da empresa que procedeu ao tratamento.

Mudando de assunto, penso ter perdido a conta às tentativas de arborização feitas na avenida Tenente Coronel José Agostinho. Agora estão lá plantados salgueiros, senhor presidente? Qualquer coisa que ali seja plantado não cresce ou é vandalizado.

Sr. presidente da Câmara: – Estes são salgueiros cor-de-rosa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – As flores dos salgueiros são todas cor-de-rosa.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – As árvores levam o seu tempo a crescer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Ali, as árvores costumam levar o seu tempo é a secar, senhora vereadora.

Para concluir, julgo que o número de colaboradores ao abrigo dos programas ocupacionais continua a aumentar, revelando a falta de crescimento da empregabilidade no concelho. Como os dados estão dispersos nos documentos que nos foram fornecidos, gostaria de conhecer o número exato desses colaboradores ao serviço da Câmara, quais as necessidades permanentes do município e se esses trabalhadores poderão ser contratados para a as suprir visto que a verba do município para a comparticipação destes trabalhadores ascende já a 600 mil euros.

Sr. presidente da Câmara: – O estudo de trânsito está concluído e incorpora o estudo anterior com várias atualizações; foi entregue há cerca de dois meses, encontra-se em análise nos serviços do município e será apresentado à Câmara Municipal em primeira instância logo que possível. Há outras questões relacionadas com pavimentação, galerias técnicas e outras

infraestruturas, a estimativa dos custos aproxima-se de uns excessivos 4 milhões de euros e esta matéria tem que ser repensada devido à incorporação de outras obras no âmbito do PIRUS que me parecem mais necessárias.

Neste último ano fizemos um razoável investimento nas zonas balneares e temos um outro enorme para fazer em obras de algum vulto na Silveira a partir de janeiro para a substituição da iluminação e da calçada de acesso por um pavimento liso em cimento e a criação de um espaço pedonal mais adequado. Está também prevista a continuação de outros acertos que foram feitos em todas as outras zonas balneares que sofreram melhorias consideráveis no ano passado, algumas insuficientes para resistir ao mar que provocou alguns danos.

No que respeita aos pombos, optámos pelo controlo de habitat em vez do envenenamento ou outras medidas desse tipo porque os pombos proliferam devido aos edifícios abandonados e outros espaços disponíveis. Foram notificadas algumas entidades, outras sê-lo-ão em breve e os próprios serviços municipais terão que proceder à retirada de ninhos com a grua em vários locais para que os pombos não possam lá nidificar.

Os testes da TERAMB com subprodutos animais têm corrido bem. Aparentemente há dúvidas acerca dos tempos de cozedura de 20 ou 30 minutos mas estão a ser feitos vários ensaios e parece que temos uma boa máquina para o efeito.

No que respeita às emissões, temos tido problemas apenas com o monóxido de carbono devido à falta de oxigenação ou excesso de água nos resíduos em alguns dias sem qualquer relevância ambiental, o que apenas revela uma quantidade de energia que não está a ser totalmente aproveitada.

A existência de monóxido de carbono significa uma queima incompleta dos carbonos. Este é o único problema que tem surgido muito pontualmente, essencialmente associado à entrada de material muito húmido na câmara de queima. A incineradora tem dado provas de bom funcionamento apresentando um desempenho acima do que esperávamos.

Quanto às térmitas, a única experiência feita pela Câmara aconteceu no Teatro Angrense e parece que tudo correu bem sem a deteção de colónias ativas. Para além deste tratamento e por se tratar de um edifício não residencial de grande dimensão, está a ser feito um reforço com um tratamento químico com a aplicação de um resíduo com o objetivo de impedir a infestação nos próximos anos sem grande relevância aos frequentadores do teatro.

As questões de arborização são um grande problema da nossa cidade. Há uma luta constante contra as árvores porque a maior parte das pessoas não as quer ao pé das suas casas. No caso da avenida Tenente Coronel José Agostinho temos tido problemas com a exposição à rissalga, razão pela qual se optou por árvores adequadas a esse tipo de ambiente. Estes salgueiros são árvores de algum porte, esperemos que cresçam e se mostrem adequados. As amoreiras do Alto das Covas estão a ser atacadas por uma lagarta que está a roer entre a casca e o tronco, o que levará à morte das árvores que terão que ser substituídas.

Ao contrário do que referiu o senhor deputado Luís Rendeiro, tem havido uma redução do número de colaboradores ao serviço do município. Dando conta dos dados acabados de chegar, dos anteriores 250, existem 108 do programa «Recuperar» e 79 do SEI (Suporte ao Emprego Integrado). Este número varia praticamente todas as semanas porque uns vão felizmente encontrando emprego, outros entram ou saem por outras razões e a tendência geral ao longo deste último ano é para uma rápida diminuição do número de pessoas disponíveis.

Este assunto afeta a Câmara e todas as juntas de freguesia beneficiadoras deste programa onde está distribuído o maior número de colaboradores. A Câmara tem um quadro de pessoal abundante e não possui nenhuma destas pessoas a ocupar quaisquer tarefas de necessidade municipal.

Estes colaboradores encontram-se distribuídos por várias instituições como IPSS's, pela universidade e pelas juntas de freguesia e o seu número apresenta uma tendência decrescente porque a maior parte das pessoas já encontrou emprego. A construção civil tem vindo a mostrar uma manifesta retoma e os melhores trabalhadores que se encontravam nas juntas de freguesia ou na Câmara, regressaram ao mercado de trabalho por outra via.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Não sabia que o poder local tinha sido regionalizado; se é regido pelas leis nacionais deve publicar no Diário da República. Se o senhor presidente da Câmara me permite a brincadeira, sugiro que o betão da Silveira seja pigmentado de cor-de-rosa para combinar com os salgueiros.

Ao tempo que rola, parece que esta conversa sobre o trânsito não é de gente discreta. Ora os problemas se devem ao estacionamento, ora se devem à circulação ou o Bailão está vazio e as pessoas não querem ir à farmácia a pé buscar o ben-u-ron porque está a chover.

Esta conversa começou com algumas alterações ao trânsito feitas pelo senhor presidente da Câmara e passou pela fase de um estudo que teima em não aparecer, encomendado a um gabinete alegadamente especializado na matéria. Em suma, o que é que o senhor presidente da Câmara preconiza e pretende para o trânsito e estacionamento na cidade de Angra e que justificações lhe são dadas pela PSP para a ausência de fiscalização? Deve-se à falta de meios, à falta de recursos humanos, à falta de vontade ou a alguma forma de birra por se ter adjudicado a fiscalização dos parquímetros a uma empresa privada? Se conhecermos as razões talvez possamos encontrar soluções para ajudar a resolver a situação.

Falando agora de transportes, há uma semana li uma entrevista concedida pelo senhor presidente da Câmara a um jornal de S. Miguel dizendo que um dos principais problemas de Angra se prendia com o Porto das Pipas. O senhor secretário regional responsável pela tutela afirmou que as obras não avançavam porque as soluções não agradavam ao senhor presidente da Câmara, que me disse não ser bem assim.

O senhor aparece como o coveiro do cais de cruzeiros ao lado do senhor secretário Vítor Fraga no início do seu mandato num quatinho das obras públicas em S. Pedro a dizer que já não há cais porque a oposição não quer e a construção da rampa *Ro-Ro* no Porto das Pipas não anda nem desata. Agradeço que nos elucide a respeito de toda esta situação.

Estamos a poucos dias da chegada da famigerada companhia aérea *low cost* à ilha Terceira e tenho grandes expectativas sobre os resultados futuros desta operação que deve ter uma grande procura devido aos lugares disponíveis a 9,99 €. Vendo concretizado este desiderato do Partido Socialista, pergunto ao senhor presidente se há registo de novos pedidos de licenciamento para negócios no centro da cidade ou em todo o concelho, potencialmente associados à atividade turística, que diligências pretende a Câmara Municipal efetuar para que este suposto *boom* de turistas decorra sem sobressaltos e quais as expectativas a respeito da aterragem da Ryanair na ilha Terceira na próxima terça-feira.

Sr. presidente da Câmara: – Começo por dizer que espero que a aterragem seja perfeita sem turbulência. Neste momento há um conjunto de obras do Governo que sofrem do mesmo problema, a legislação sobre concursos públicos nada tem a ver com a tutela de autarquias e aplica-se a todas as entidades públicas existentes na região autónoma dos Açores.

Quanto à PSP, alegam falta dos efetivos necessários para todas as tarefas sendo que, às questões do trânsito, é dada menor prioridade em relação a outras. Assim como a maior parte dos angrenses, preconizo uma cidade com trânsito adequado e ordenado, voltada para as pessoas e não para carros.

O Porto das Pipas é para mim uma das maiores preocupações. Na altura da campanha eleitoral havia três projetos que eram um autêntico cavalo de batalha: o Parque Tecnológico, a Geotermia e o Porto das Pipas. Dois terços estão bem arrumados, estamos a trabalhar no terço

restante e da minha parte há total concordância com o projeto que agora está para ser executado. Quanto às *low cost*, o que posso dizer é que seja bem-vindo quem vier por bem.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Lembro que um dos propósitos do elenco camarário de há vinte anos, quando foi implementado o estudo de trânsito vigente, era a criação dos parques de estacionamento nos extremos da cidade para reduzir o trânsito no centro histórico.

Sr. presidente da Câmara: – Os parques estão criados mas as pessoas não aderem.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Não aderem porque continuou a haver estacionamento na cidade; entretanto mudou o elenco camarário, valores eleitorais mais altos se levantaram e isso não andou para a frente.

Senhor presidente, na última reunião da Assembleia chamei a atenção para os balancetes das GOP. Existem ações em que o texto é muito vasto, não se consegue ler toda a informação porque as células são pequenas e solicitei os documentos em formato Excel ou outro para podermos trabalhar os números e fazer contas referentes às taxas de execução. Aceito que não queiram disponibilizar os documentos em formato Excel mas peço pelo menos um certo cuidado no aumento do tamanho das células para que saibamos que verbas estão aqui alocadas.

Quanto aos números, há cerca de 65 mil euros pagos a trabalho especializado na área do turismo e não conseguimos perceber quais. Foram executados 555 mil euros referentes às Sanjoaninas e não sabemos onde estão contabilizadas as despesas indiretas. Além disso temos as ações 6, 16 e 17 que totalizam 350 mil euros referentes a outros bens, outros trabalhos especializados e 221 mil euros em outros serviços. Gostaríamos que fosse também disponibilizado o centro de custos com o extrato de todas as despesas referentes às Sanjoaninas que já foi aqui solicitado por diversas vezes.

Relativamente à posição da receita, a realização do Fundo Social Municipal é de apenas 75% enquanto o FEF e a participação no IRS é de 83%. Gostaria de saber se se trata de um erro ou se é mesmo assim.

Sr. presidente da Câmara: – Houve um período de suspensão das transferências para o Fundo Social Municipal que já foi levantada. No ano anterior não tivemos uma execução com a canalização de todo o fundo para o primeiro ciclo e para a educação pré-escolar como obrigava o orçamento de Estado, o que levantou questões a todos os municípios das regiões autónomas que não têm a competência do transporte escolar nem do pagamento do pessoal docente das escolas. Após um diálogo complexo com o Governo da República, foi possível ultrapassar essa questão e o fundo terá a sua plena execução.

Lamento que não lhe tenham sido enviados os documentos por *e-mail* como tinha sido combinado. Não sei o que terá acontecido mas vamos ultrapassar a questão definitivamente porque esse método é mais eficaz para nós e para vocês.

Os 65 mil euros que referiu na área do turismo têm a ver com a aquisição daquelas aplicações de visitação da cidade, o «Visit Angra», a sua atualização e a publicação dos panfletos associados.

A única forma de olhar para as despesas das Sanjoaninas é através do centro de custos visto que uma parte importante se refere à utilização do pessoal da Câmara Municipal. Tudo o que se gasta nas Sanjoaninas desde a hora do electricista, à do pedreiro ou do varredor das ruas está devidamente discriminado no respetivo centro de custos que distribuiremos logo que nos chegue às mãos e terá assim a resposta às suas dúvidas.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Venho falar em nome de um grupo de utilizadores da Silveira durante todo o ano. Regista-se agora uma limpeza naqueles balneários, algo que era dramático há algum tempo, apesar de se ter verificado a partir do final da época. Pergunto ao senhor presidente da Câmara que alteração está a ser feita no pavimento de acesso e se está prevista

alguma manutenção ao nível da iluminação. Seria bom para o concelho e para quem nos vista o melhoramento de algumas zonas balneares até ao final do ano.

Sr. presidente da Câmara: – Os candeeiros da Silveira serão integralmente substituídos devido a problemas de oxidação com algum risco estrutural, a calçada será substituída por um pavimento em betão e o passeio será mantido para evitar o estacionamento abusivo. Será ainda colocado um corrimão em inox a cerca de dois metros da parede para uma ajuda na subida a pessoas de idade mais avançada ou com mobilidade mais reduzida.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Confesso que esta adjudicação do estudo de trânsito me faz imensa confusão. Adjudica-se a uma empresa sem especialização na área, paga-se 40 mil euros, chega-se à conclusão que o estudo não passa de uma atualização do anterior e depois diz-se que não se concorda com o que já foi entregue. Pergunto se o estudo se encontra pago na totalidade e se não se deveria ter optado pela entrega de um projeto prévio para aprovação da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Houve realmente um estudo prévio que foi apreciado pela Câmara. No que respeita ao trânsito, incorpora e corrobora o que vinha no excelente estudo anterior elaborado nos anos 90 que mantém válidos praticamente todos os pressupostos mas infelizmente não foi seguido como deveria ter sido.

As questões de trânsito foram elaboradas por alguém da especialidade e não vejo qualquer falha de competência. Mais de metade deste estudo tem a ver com a pavimentação e estruturação da cidade. Além do trânsito propriamente dito, é preciso ter em conta o perfil das ruas e tentar criar condições para que não estejamos sempre a abrir e a fechar valas que resultam na deformação dos pavimentos. Os danos que todos conhecemos resultam do número de vezes que as ruas são abertas e fechadas sem a devida compactação devido às dificuldades técnicas provocadas pelos nossos solos. O estudo está competentemente feito, corrobora o excelente estudo anterior mas tem um custo muito elevado e depende da disponibilidade de fundos para se lhe dar execução.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Penso ser consensual que as festas Sanjoaninas são importantes para o concelho e para a ilha mas devem ser realizadas com sustentabilidade e adequação.

Em 2013 tínhamos um orçamento de 560 mil euros, uma grande componente de voluntariado e as festas geraram uma receita positiva de 5 mil euros sem contar com os custos indiretos nem com a tauromaquia. Em 2014 tivemos um saldo positivo ainda maior e até essa altura a Câmara patrocinava as festas em cerca de 250 mil euros mais o valor da tauromaquia.

Pelas contas referidas na última sessão da Assembleia Municipal, em 2015 as Sanjoaninas terão tido um saldo negativo de 450 mil euros e em 2016 aumentou-se a despesa em cerca de 200 mil euros sem contar com os custos indiretos nem com a tauromaquia. Para 2017 estarão orçamentados 662 mil euros com um valor de receitas residual e espera-se um aumento da despesa.

Não estou contra o aumento da despesa desde que se justifique, sou claramente a favor das Sanjoaninas mas gostaria de saber exatamente o que se está a gastar numa lógica de sustentabilidade. Quando a Câmara internalizou as festas, foi reduzido o número de voluntários mas verificou-se uma grande utilização das pessoas do programa «Recuperar», do qual se espera uma redução por via do aumento do emprego, o que aumentará ainda mais os seus custos.

É preciso transparência para percebermos o que se passa. Acredito na competência das pessoas mas parece existir uma certa atrapalhação nas contas de 2015 e 2016 derivada de problemas técnicos ou a Câmara anda a empurrar as contas com a barriga porque tem algo a esconder. Se

isto está devidamente classificado, basta que o senhor presidente dê indicações aos serviços financeiros para que nos facultem um extrato das contas.

Esta Assembleia pode até recomendar que sejam investidas mais verbas no evento mas precisamos de saber o que foi gasto e como está a sustentabilidade da festa. Na altura do voluntariado, as pessoas eram obrigadas a apresentar as contas mal as festas terminassem. Com o novo modelo de organização, não nos foram apresentadas as contas de 2015 e por este caminho adivinhamos que não nos serão também apresentadas as de 2016.

Sr. presidente da Câmara: – Não há dinheiro gasto a mais nem a menos, não há dívidas aqui e ali nem contas entre entidades diversas. Antigamente as contas eram apresentadas por uma entidade externa porque havia transferências de dinheiro para fora da Câmara, algo que já não existe. A conta da festa é a conta da Câmara, os dados estão em cima da mesa e apontam claramente para a nossa solidez financeira.

Não vale a pena um maior investimento nas festas porque a hotelaria já se encontra totalmente esgotada em termos de reservas. Temos que começar a investir noutros eventos e noutras épocas do ano com vista ao alargamento da mancha de ocupação da hotelaria.

As Sanjoaninas estão muito bem e recomendam-se. Os gastos têm-se mantido dentro do mesmo padrão, os valores apontados pelo senhor deputado são reais, revelam o somatório gasto direta e indiretamente e encontra-se refletido num centro de custos que já pedi para ser distribuído aqui porque não há nada a esconder.

Houve no passado dívidas de 1 milhão de euros e agora nada disso existe. Agradeço a disponibilidade para o apoio no aumento da despesa mas não a considero necessária, antes pelo contrário, creio que devemos investir mais noutras alturas do ano como esta em que há férias escolares, eventualmente na Páscoa e noutros períodos para diversificarmos a oferta e tornar a ilha mais atrativa.

As Sanjoaninas são a maior festa dos Açores em todas as suas vertentes, toda a gente a conhece de uma ponta a outra do país e deve ser mantida como está. Quanto ao pessoal, creio que a última dificuldade que tivemos no último ano foi o número excessivo de voluntários por haver muita gente com vontade de ajudar e a partir de certa altura tivemos que agradecer às pessoas e encerrar as inscrições. Encontram-se já abertas as candidaturas a voluntários para este ano em que faremos uma seleção mais criteriosa.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, senhores deputados municipais. O assunto Sanjoaninas começa a ser recorrente assim como o estudo de trânsito. As festas Sanjoaninas devem ser vistas como um investimento no concelho e o CDS-PP trouxe a esta casa propostas nesse sentido.

Quando as festas eram organizadas por uma comissão independente de angrenses e para os angrenses, as costureiras e as diversas empresas ligadas à organização eram de Angra, tínhamos os angrenses em festa e um investimento no município. Neste momento não sabemos quem foi contratualizado, quais os valores desses contratos, quanto foi investido e qual o retorno das festas.

O senhor presidente da Câmara diz não ser necessária a apresentação das contas porque as Sanjoaninas estão diluídas no orçamento mas a Câmara não pode estar acima de qualquer angrense. Em nome de uma transparência, se as organizações das festas compostas por angrenses independentes tinham que apresentar um orçamento e prestar contas, a Câmara também o deve fazer. Este centro de custos foi prometido há um ano, foram levantadas questões antes das festas, a decisão foi sendo empurrada para o final de junho e ninguém vê rigorosamente nada. Estamos no final do ano, é-nos apresentado o orçamento e torna-se difícil conhecer o investimento feito nas festas.

O senhor presidente da Câmara disse também que as Sanjoaninas atingiram o seu valor máximo de investimento. Lembro uma proposta do CDS-PP que deixei em cima da mesa na última reunião a respeito do contrato com a empresa «Só festas» em que a Câmara paga, dá a logística e eles ficam com o lucro todo. Essa proposta referia a possibilidade da negociação de um valor pacote para todo o ano. Se a empresa fica com a parte nobre dos eventos na altura de maior procura, por que não negociar também outras atividades para outras alturas do ano? Se as contas estão consolidadas e não há dúvidas, dois anos parece-me um tempo claramente excessivo para se apresentar um centro de custos a esta Assembleia.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Muito bom dia senhor presidente e membros da Assembleia, colegas da vereação. A questão que colocou acerca do retorno das festas Sanjoaninas para o concelho é pertinente e é preciso fazer esse estudo mas já temos alguns indicadores. Há um grupo dos Estados Unidos que costuma cá vir através do senhor Al Pinheiro que anda há 15 dias a tentar alojamento e não consegue porque os hotéis estão todos reservados para a altura das Sanjoaninas.

No que respeita às aquisições, recordo que desde 2015 os tecidos deixaram de ser comprados no continente e passaram a ser comprados em toda a ilha e os tecidos da vossa marcha da Juventude Popular foram comprados na Praia no mesmo local onde nós também compramos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A costureira era da Ribeirinha.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Também tivemos costureiras da Ribeirinha, da Praia e de outros sítios como referiu num programa de rádio que ouvi, mas 65% dos funcionários são de Angra. A senhora prefere construir um muro de Berlim mas acho que não devemos hostilizar os negócios do outro município porque vivemos num mundo pequeno e devemos ajudar-nos uns aos outros.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente da Mesa, restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. A matéria referente aos procedimentos adotados para a aquisição de serviços de produção musical para as Sanjoaninas nunca foi tão transparente como nos últimos dois anos.

A Câmara Municipal procedeu a um ajuste direto com consulta a todos os produtores musicais registados na região e foi a empresa «Só Festas» quem apresentou a melhor proposta em todas as edições. Se o procedimento adotado nas últimas duas edições fosse assim tão favorável, mais empresas teriam apresentado outras e melhores propostas e em ambas as edições não foi apresentada qualquer proposta por parte de uma empresa sediada na ilha Terceira.

Para que não haja dúvidas futuras e tendo em conta o que aconteceu no ano passado em que foi utilizado um expediente legal para suspender o contrato e colocar um obstáculo de última hora à realização das festas Sanjoaninas, foi decidido para 2017 um ajuste direto com consulta apenas à entidade que se tem mostrado mais favorável nestas duas edições e realizado um bom trabalho de produção musical.

Sr. vereador Alonso Miguel: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e caros colegas da vereação, senhoras e senhores deputados. É importante não confundir as coisas porque a marcha é organizada pela Juventude Popular da ilha Terceira. Aceitaria o comentário da vereadora Raquel se tivéssemos adquirido algo para outra ilha mas o investimento foi feito na ilha Terceira e a marcha da JP não participa apenas nas Sanjoaninas.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Bom dia senhor presidente da Mesa, Exmos. membros da Câmara Municipal, senhores deputados. Faz todo o sentido a inclusão das despesas das Sanjoaninas no orçamento da Câmara devido àquele problema de responsabilidade de gestão de determinadas verbas em que era obrigatório um equilíbrio entre o orçamentado e o que era efetivamente gasto.

Independentemente desse processo de incorporação no orçamento, que é mais claro do ponto de vista legal, é importante que os deputados municipais se pronunciem em relação a algumas decisões que se traduzem em lucro para o município. Vejamos o caso das iluminações que custavam uma média de 350 mil euros por ano, o que faz com que um investimento do município na sua própria iluminação se revele claramente vantajoso.

É importante perceber o impacto das festas na economia da ilha. Todas as soluções devem ser discutidas no sentido do benefício porque as Sanjoaninas são as maiores festas dos Açores e correspondem a um gasto substancial do município que deve resultar numa eficiência económica. Quem vem às Sanjoaninas, vem à ilha Terceira e os benefícios dessa visita são distribuídos por toda a ilha, acabando por contribuir para o desenvolvimento de ambos os concelhos.

Tudo isto vem a propósito para percebermos os modelos de incentivo à participação nas Sanjoaninas e a forma como se organizam as marchas. Felizmente foi tomada a decisão para que os tecidos sejam comprados cá na ilha porque anteriormente a sua compra no estrangeiro não era mais do que um prémio para as pessoas irem aos Estados Unidos. Numa visão perfeitamente enviesada, premiavam as pessoas que tinham sido convidadas para participarem na organização das Sanjoaninas sem que se tivessem oferecido para tal. Precisamos de perceber se é possível estudar soluções mais vantajosas para a projeção cultural do concelho que não se resume unicamente a uma semana.

Sr. presidente da Câmara: – Manifesto a minha concordância com o que foi dito, lembrando que as Sanjoaninas atingiram uma tal dimensão que se tornaram nas festas da ilha e do arquipélago e não apenas do concelho, algo de que muito nos orgulhamos e temos que continuar a fomentar.

Começámos por ter uma marcha convidada e já temos cinco marchas vindas de outras ilhas, o que implica alterações no anterior modelo de participação e distribuição. Com cinco marchas convidadas as coisas tornam-se um pouco mais difíceis e é necessário intercalar como se fez no ano passado.

Existe ainda um conjunto de outras questões relacionadas com a projeção das nossas festas nas cidades irmãs e em particular nos Estados Unidos e no Canadá. Fui recentemente numa visita aos Estados Unidos em que se fez apenas a distribuição dos cartazes e outra publicidade paga em algumas estações e deixaram de ser feitas aquelas visitas de promoção porque os aviões estão cheios.

Temos tido todos os anos a participação de uma filarmónica vinda da diáspora. Em 2017 teremos a filarmónica de Artísia e um grupo de folclore da mesma cidade de onde já estão confirmados cerca de 300 bilhetes. À semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, teremos também a participação de um jovem ou de uma jovem em representação destas cidades no desfile de abertura.

Nenhum dos tecidos que utilizamos é fabricado na ilha Terceira, por isso estamos sempre a importar por esta ou por aquela via. Tentamos recorrer ao mercado local tanto quanto possível mas devemos ter uma visão de ilha e de arquipélago. O bem da Praia é o bem de Angra e vice-versa e não vejo mal nenhum que se adquiram serviços ou o que quer que seja na Praia da vitória, da mesma maneira que esperamos que os nossos vizinhos se lembrem de nós quando tiverem algo que comprar. Vivemos num espaço reduzido e interligado e não há que distinguir uns dos outros.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não consigo evitar mais uma pincelada no assunto do trânsito. O senhor presidente da Câmara já nos disse várias vezes que o atual estudo estaria a ser alvo de melhor avaliação mas já foi apresentado na Câmara do Comércio. Gostaria que nos indicasse um prazo para a sua conclusão, tendo em conta que estamos no último ano deste seu mandato.

Sr. presidente da Câmara: – Já estou a pensar no meu novo mandato.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Acredito que sim. Tendo em conta que a PSP não exerce a mesma eficiência no policiamento do concelho que os fiscais dos parquímetros, pergunto ao senhor presidente se entende que poderá existir um problema de efetivos ou de comando, de falta de meios ou de organização do serviço que a PSP presta no nosso concelho, visto que terá tido a oportunidade de reunir com o comando local. Por parte do PSD estamos completamente disponíveis para começar a discutir a criação de uma polícia municipal.

A respeito do controlo dos pombos no concelho, aquando as obras de melhoramento do edifício do Centro de Saúde, foram retirados da cobertura, uma média de cerca de 4 cm de espessura de excremento de pombo e há pouco tempo tive a oportunidade de fazer uma visita à fortaleza de S. João Batista onde os pombos são também um problema bastante significativo.

Temos sérios problemas de degradação do nosso património. A Câmara de Angra já tem alguma experiência no controlo da população de gaivotas no aterro sanitário com o recurso a abate a tiro. Julgo que nenhuma política de controlo de uma espécie como a dos pombos se faz apenas com o combate à nidificação porque as aves acabam por nidificar noutros locais. É importante a implementação de medidas de redução da população pela via do abate com protocolos estabelecidos com o clube de tiro, com a PSP ou com os militares.

Falou-se aqui de obras atrasadas como, por exemplo, a do Porto das Pipas. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação acerca de outra obra que se encontra atrasada pelo menos quatro anos. Refiro-me à proteção da orla costeira do Fanal que já foi anunciada mas lá vai andando. O Governo Regional já mudou, é o mesmo mas é novo, e está também a chegar ao fim o mandato deste executivo camarário. Vão mudando as legislaturas, as obras mantêm-se atrasadas e parece que uma obra da Terceira que não tenha um atraso de dez anos, não é obra, não é nada.

O senhor presidente da Câmara já nos falou acerca da construção dos projetos de alojamento turístico e é bom sinal que a capacidade hoteleira da ilha se esgote durante as Sanjoaninas. Visto que neste momento temos um défice em termos de capacidade de alojamento no concelho, gostaria que nos desse conta dos planos para a reabertura do hotel da Serretinha que foi adquirido pelo Fundo Discovery, à semelhança do que foi feito na ilha de S. Miguel.

Desde a primeira hora defendi a vinda para a Terceira das companhias aéreas de baixo custo. Fui uma das pessoas que fez parte de um anúncio que infelizmente não se concretizou e havia trabalho feito com uma companhia aérea que acabou por não vir por questões de contrapartidas. Como o processo não se tornou conhecido, desconhecemos as contrapartidas da companhia aérea de baixo custo que virá para a Terceira mas esperamos que nos ajude a desenvolver o turismo, o comércio e os serviços. Espera-se que as entidades públicas e privadas estejam preparadas porque não há pior do que um mau arranque e queremos que os turistas venham e regressem.

Sr. presidente da Câmara: – Tivemos a operar neste verão a maior operadora de *low cost* da Europa que, infelizmente, teve um fim relativamente difícil. O sucesso foi imenso do ponto de vista da receção porque as pessoas que cá vieram gostaram e temos das melhores menções possíveis. O ano turístico correu de forma excelente em particular no concelho de Angra, e esperamos que seja prenúncio de sucesso para o futuro.

Não me cabe fazer quaisquer julgamentos a respeito da Polícia de Segurança Pública; segundo sei, têm dificuldades de pessoal mas posso adiantar que temos tido uma excelente colaboração em tudo o que o município tem precisado. A secretária de Estado da Administração Interna com a tutela das polícias veio visitar a Câmara, reunimos e falámos sobre a matéria. Este comando abrange as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge e nunca detetei qualquer falta de

vontade ou de outro aspeto relacionado com a simples vontade das pessoas porque há, de facto, dificuldades resultantes do número de efetivos.

O senhor comandante da PSP participa em dois dos Conselhos que aqui reúnem, tem sido interrogado sobre esta matéria e voltou a referir as mesmas dificuldades há duas semanas no âmbito de uma reunião da preparação da vinda da companhia *low cost* e de uma revisão geral do ponto de vista do turismo e da visitação.

Voltando à questão dos pombos, o abate a tiro está-nos vedado por não ser possível disparar armas a menos de 250 metros de habitações. Resta-nos o abate químico, uma matéria deveras controversa que exige uma autorização específica por parte da Secretaria do Ambiente mas que teremos que considerar em caso de insucesso das medidas indiretas de controlo da população.

O Governo Regional não tem culpa dos atrasos da obra de requalificação do Fanal. A culpa é da Câmara e minha na primeira pessoa. Fizem-se estudos e ensaios que confirmaram as minhas suspeitas relativas à instabilidade geológica do talude o que levou a alterações ao projeto que se encontra em revisão até finais deste mês.

Ao longo deste ano houve uma enorme proliferação de iniciativas na área da hotelaria, a maior parte relacionada com pequenas unidades de alojamento local, e três grandes iniciativas: a reconstrução da residencial Cruzeiro cuja obra se encontra em fase de arranque, a Globo, que está a ser adaptada para reabrir no próximo verão, e o hotel da Serretinha que já foi licenciado e creio que as obras de adaptação se encontram adjudicadas. Da parte da Câmara, há muito que o assunto ficou resolvido e a intenção do empreendedor era abrir no próximo verão segundo o que me foi manifestado pelo representante da empresa.

Tive a oportunidade de reunir há cerca de um mês e meio com o proprietário do hotel Angra Marina e com um técnico da empresa e foi-me dito que estariam a tentar ultrapassar algumas dificuldades para criar condições no sentido de acabarem o investimento, incluindo a zona comercial no rés do chão que se encontra encerrada.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A senhora vereadora Raquel e o senhor vereador Guido não responderam à minha questão sobre a lógica de alargamento das festas a todo o ano. A Câmara paga 150 mil euros, dá a logística e essa empresa fica com a joia da coroa porque organiza os concertos numa altura em que os lucros estão garantidos e a Câmara de Angra facilita tudo isso. Essas empresas têm uma logística que lhes permite trazer cá determinados artistas a preços mais praticáveis porque organizam as festas de outras ilhas e detêm um cartel de onde podem escolher.

Pelo que percebi das palavras do senhor vereador Guido Teles, os espetáculos das Sanjoaninas para 2017 serão entregues à «Só festas» que apresentou o melhor desempenho nos últimos dois anos; sendo assim, deveria ser aproveitada essa capacidade negocial para a organização de eventos culturais ao longo de todo o ano.

É de louvar o esforço do município para dinamizar o comércio local como a «Noite Branca», as «Varandas com Música» e agora a «Black Friday» que resultou mal de ambas as maneiras porque as pessoas vêm à cidade com a expectativa de fazerem compras e encontram as lojas fechadas.

O município está a pagar às pessoas para animarem durante a noite com vista à dinamização do comércio local que acaba por não dar resposta e é importante avaliar se isto é um investimento ou apenas uma despesa. Se o comércio local não quer abrir, em vez destes gastos pontuais com coisinhas a acontecer todos os dias à noite com a prata da casa, mais vale fazer um investimento grande com um concerto de Natal à séria, com uma orquestra ou o que quer que seja.

Devemos ter cuidado nas atividades que importamos de outras culturas. Ninguém é conservador ao ponto de não aderir aos novos tempos mas a «Black Friday» é como a abertura do comércio em Portugal a seguir ao Natal porque eles têm o «Thanks Giving» e quem não comprou prendas para a família vai à «Black Friday» onde está tudo a saldar. Com uma «Black Friday» antes do Natal, as pessoas ainda não estão com aquele espírito de saldar o que não se vendeu. As iniciativas são de louvar mas é preciso analisar a sua eficácia.

Sr. presidente da Câmara: – A resposta é um bocadinho complexa mas é certo que o comércio local apresenta uma notável recuperação. Inverteu-se um ciclo em que temos mais lojas a abrir após uma fase em que parecia que a cidade ia encerrar toda. Ontem vim pela rua da Sé abaixo a fazer uma estatística mental de «abertos» e «fechados» e cheguei à conclusão que não chegamos aos 30% de «abertos». Há muita coisa fechada que deveria estar aberta. A Câmara não tem o poder decidir o que abre ou fecha, esta Assembleia Municipal criou um regime de horários perfeitamente livre desde a manhã até depois da meia-noite sem qualquer procedimento de natureza administrativa mas os comerciantes é que decidem os horários de funcionamento dos seus estabelecimentos.

Por várias vezes coloquei o assunto junto da direção da Câmara do Comércio porque há claramente a necessidade de uma maior adesão dos comerciantes mas o inverso poderá tornar-se numa espécie de ciclo vicioso. Se não fizermos nada, os comerciantes não abrem porque não há nada, pelo menos vamos fazendo e espera-se que eles abram.

Esta animação de rua não tem apenas a ver com o comércio porque temos entre nós milhares de visitantes. Não podemos transmitir a imagem de uma cidade morta nesta época festiva porque a maior parte das pessoas vêm de países onde o Natal se celebra com enorme força com os mercadinhos de Natal no auge. Procuramos animar o espaço e criar oportunidades para os comerciantes para que os visitantes não se sintam numa cidade fantasma.

Sra. d. m. Rita Andrade: – São de louvar as iniciativas que a Câmara tem desenvolvido mas começamos a importar demasiado estes americanismos da «Black Friday» e do «Halloween» como aconteceu no dia 31 de outubro por iniciativa da Câmara. Como tenho filhos pequenos tive que regressar a casa às 22 horas quando a festa estava a começar. No dia seguinte, dia do Pão por Deus, regressei com eles à cidade e havia três ou quatro cafés abertos: a Pastelaria Central, o Café Aliança, o People e a Ginginha.

Se calhar, faria mais sentido organizar uma iniciativa no dia do Pão Por Deus para atrair pais e filhos à cidade; as crianças podem pedir o Pão por Deus e recupera-se esta tradição que infelizmente se tem vindo a perder.

Sr. presidente da Câmara: – Tenho que dar razão à senhora deputada porque confesso que me incomodam tantos Halloweens, Black Fridays e Pão por Deus com abóboras. Não podemos resistir à globalização cultural mas também não devemos deixar perder as nossas tradições e vamos fazer um esforço nesse sentido.

De acordo com o solicitado, creio que os documentos do centro de custos das Sanjoaninas já chegaram ao seu destino.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores deputados. Na última vez que viajei percebi que na sala de chegadas do aeroporto havia uma projeção de luzes com o símbolo da UNESCO fazendo referência à cidade património mundial mas algumas lâmpadas não estavam a funcionar e apenas se via meio símbolo projetado no chão.

Uma vez que se prevê um aumento do número de visitantes, sugiro que se reforce a nossa imagem através de um ecrã com filmes bonitos da cidade e do concelho que a Câmara Municipal tem lançado na sua página porque a sala de chegadas do aeroporto é um bom ponto de partida para os visitantes reforçarem o prazer da viagem que cá fazem.

Sr. presidente da Câmara: – Acabei de ser informado que o referido equipamento está obsoleto; ao que parece as lâmpadas aguentam apenas umas semanas e estão sempre a avariar. Existe publicidade de Angra numa parede no local mais nobre daquele espaço e gostaríamos de ter uma presença maior.

Não se registando mais intervenções, a Informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2017, para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes valores:

Grandes Opções do Plano:

- **Despesa:** 8 575 501,00 € (oito milhões quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e um euros).

Orçamento:

- **Receitas correntes:** 14 240 016,00 € (catorze milhões duzentos e quarenta mil e dezasseis euros).
- **Receitas de capital:** 4 531 707,00 € (quatro milhões quinhentos e trinta e um mil setecentos e sete euros).
- **Total geral das receitas:** 18 771 723,00 € (dezoito milhões setecentos e setenta e um mil setecentos e vinte três euros).
- **Despesas correntes:** 11 698 474,00 € (onze milhões seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e setenta e quatro euros).
- **Despesas de capital:** 7 073 249,00 € (sete milhões setenta e três mil duzentos e quarenta e nove euros).
- **Total geral das despesas:** 18 771 723,00 € (dezoito milhões setecentos e setenta e um mil setecentos e vinte três euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2017 bem como as normas sobre a execução orçamental.

Sr. presidente da Câmara: – Começo por vos dizer que temos vindo a assistir a algum crescimento do ponto de vista das receitas, embora modesto. Temos duas novas receitas, uma devida ao pagamento dos direitos de passagem por parte da EDA que foi recebida pela primeira vez neste ano de 2016, a somar a uma quantia semelhante que receberemos em 2017, e outra receita esperada referente às cobranças fiscais no concelho. Em reunião de Câmara optou-se por não fazer refletir já esse valor porque o orçamento de Estado ainda não se encontra em vigor.

Optámos por colocar as receitas correspondentes ao orçamento do ano transato embora com a certeza de um crescimento na receita na casa dos 290 mil euros, um aumento que a devido tempo será incluído no orçamento. O mesmo acontece em relação à EDA em que colocámos o valor por baixo sabendo que no ano que vem será maior, embora se trate de uma previsão devido à variação das vendas de energia de baixa tensão no concelho.

Mais uma vez se opta por não recorrer ao endividamento sem qualquer antecipação de receitas. Este ano prevemos abater cerca de 1,6 milhões de euros na dívida, o que levará a uma redução de cerca de 60% no fim deste mandato. Esta redução drástica do endividamento começa a merecer alguma atenção em relação a oportunidades de investimento que eventualmente venham a surgir.

Após uma visita à Câmara Municipal, foi possível chegar a um entendimento com o presidente do IHRU sobre a alienação de habitações sociais, que poderemos vender se assim o

entendermos, mas a eventual receita dessas vendas terá que ser necessariamente usada para amortizar os empréstimos associados. Cerca de 65% dos empréstimos da Câmara estão relacionados com esses imóveis embora sejam pagos pelo Governo Regional.

Falta algum tempo para a maturidade desses empréstimos que se situará entre 2025 e 2029, têm juros impossíveis de obter hoje em dia e a situação é tão cómoda que a amortização antecipada poderá não ser uma boa ideia. Tenho comigo a lista desses empréstimos que poderei fazer distribuir pelos senhores deputados que a queiram consultar. Do ponto de vista financeiro, o nosso município encontra-se numa situação favorável e ficará ainda melhor no final do ano 2017.

Esta situação não se deve apenas à obra deste executivo; resulta também do enquadramento nacional e internacional e da virtual impossibilidade de endividamento. A verdade é que este mandato teve a vantagem de nos fazer colocar numa posição com uma enorme capacidade de endividamento e a possibilidade de investimento futuro. Este é o último deste mandato mas é um orçamento de continuação com as mesmas linhas orientadoras.

No que respeita ao pessoal, o município continua com uma despesa acima do que legalmente deveria. De acordo com as normas de gestão autárquica, a despesa com pessoal não deveria ultrapassar 35% da receita corrente do município e andamos a rondar os 40%.

Embora modesta, temos vindo a apresentar alguma redução com pessoal que praticamente vai estagnar no próximo ano porque as pessoas mais velhas com possibilidade de aposentação já o fizeram. Temos muita gente na casa dos 50 a chegar aos 60 anos de idade e não se espera um número significativo de saídas do quadro de pessoal no ano que vem.

Na última sessão da Assembleia Municipal foi feito o descongelamento das vagas que pareciam necessárias e possíveis à espera da confirmação do orçamento de Estado e agora sabemos qual a evolução da despesa com pessoal no município que se mantém estagnada. Fica já o anúncio da intenção de abrir concurso nas próximas semanas para os lugares que foram autorizados na última sessão da Assembleia. Todo o nosso pessoal pertence aos quadros, não temos ninguém a recibo verde e as questões da regularização de eventuais contratos não se colocam porque simplesmente não existem.

Vamos manter-nos disponíveis para aproveitar todos os programas que o Governo coloca à nossa disposição mas as pessoas ligadas aos programas operacionais não correspondem às necessidades da autarquia, exceto no que respeita a algumas obras e outros arranjos que vamos fazendo por aí como o faríamos por via de contratação dos serviços de uma qualquer empresa.

Como ouvimos há pouco, existem 108 pessoas ligadas ao programa «Recuperar» e mais 79 ligadas ao «SEI», um programa transitório de fim de linha com menos relevância que termina no final de cada subsídio de desemprego e temos a possibilidade orçamental de atingir as 250 pessoas consoante a procura por parte das entidades.

Neste orçamento houve um particular cuidado de garantir o devido enquadramento das questões relacionadas com as freguesias com a manutenção do nível de colaboração e do mesmo nível de investimento, continuando a privilegiar as pequenas obras. Os resultados têm sido excelentes e temos o concelho muito mais arranjado do que alguma vez estive o que é vantajoso para quem cá vive e para quem nos visita.

Podemos orgulhar-nos do trabalho que tem sido feito em colaboração com as juntas de freguesia e outras entidades, estamos a chegar a tudo o que é lugares com necessidades de pintura e arranjos e também a sobras de caminhos, num dossiê com mais de uma década em alguns casos. Recomendo-vos a aprovação deste excelente orçamento que serve bem o nosso município e abre janelas para o futuro. Assim já começo a minha campanha para o próximo ano.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Julgo haver uma imprecisão na página 17 em que o orçamento prevê uma despesa global de 18 771 723,00 €. Comparando com o orçado inicial de 2016 a despesa aumenta e julgo que diminui. A execução orçamental de 2016 é de 19 milhões porque o orçado de 2016 são 15,6 milhões... Ainda na mesma página: «*No quadro comunitário Açores PO 2020 apenas se considerou a escola de Santa Bárbara, o Centro Interpretativo de Angra e o percurso pedestre Relvão-Fanal*». Não sei se o senhor presidente da Câmara tem alguma garantia da Direção Regional mas disponho da informação de sexta-feira que indica apenas a aprovação da escola de Santa Bárbara no Programa Operacional Açores 2020.

À data de hoje os outros dois projetos não estão aprovados o que faz cair por terra a sua máxima de que apenas incluiria no orçamento os projetos com financiamento garantido. Não sei se isto terá a ver com as eleições de outubro do ano que vem mas fica aqui a nota de que o Centro Interpretativo e o percurso pedestre Relvão-Fanal ainda não foram aprovados pelo Açores 2020. Conhecendo-o, o senhor deve ter garantias dessas aprovações mas falta saber se são garantias nacionais ou do senhor vice-presidente que, tanto quanto sabemos, já não tem o poder que tinha no PROCONVERGÊNCIA com a sua integração no «Portugal 2020».

Sr. presidente da Câmara: – São garantias internacionais.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Segundo o senhor presidente da Câmara tem reconhecido, as aprovações têm sido muito difíceis, por isso me preocupo que estejam incluídas estas duas obras sem garantias de financiamento.

Relativamente aos mapas orçamentais, comparativamente a 2016 existe uma diminuição de cerca de 200 mil euros nas transferências de capital para as freguesias. Na área social das GOP há um programa municipal de apoio à natalidade onde estão previstos 55 mil euros ainda sem financiamento definido. Gostaria de saber que políticas são estas de apoio à natalidade.

A aquisição de *moopies* ainda não tem financiamento definido, julgo estarem previstos cerca de 300 mil euros e gostaria de saber se estes painéis luminosos estarão de acordo com as regras a que Angra está obrigada como cidade património.

Confesso que não tive tempo para uma análise pormenorizada mas a escola de Santa Bárbara e o Centro Interpretativo - que apesar de não estar oficialmente aprovado se encontra inscrito em orçamento - estão com um financiamento a 100% na administração autárquica; julgo que deverão ser financiados em 85% de fundos comunitários e 15% em administração autárquica.

Sr. presidente da Câmara: – Temos essas candidaturas submetidas com a certeza da sua aprovação, faltando-nos apenas o desenvolvimento da parte concursal e da adjudicação que vai acontecer em breve. Temos também aprovada uma candidatura para a Proteção Civil, outra para as *Start Up's* e uma outra relacionada com a modernização administrativa. Foi já comunicada a intenção de aprovação, seguindo-se a necessária tramitação.

Dada a nossa disponibilidade financeira temos o Centro Interpretativo totalmente financiado. O prazo de entrega de propostas para o terceiro concurso termina hoje e se tivermos condições fazemos a adjudicação imediata; é melhor assim por causa do visto e depois podemos redistribuir o dinheiro por outros objetivos.

A razão pela qual as transferências não estão financiadas para as freguesias tem a ver com tudo isto. O dinheiro está aqui, será redistribuído orçamentalmente a devido tempo ou, na pior das hipóteses, com a transição de saldo e com a inscrição do dinheiro a mais que receberemos do orçamento de Estado.

Não alterámos a nossa política porque não considero eleitoralmente vantajoso prometer mundos e fundos e fazer orçamentos empolados. Os cidadãos não querem saber do orçamento, o que querem é ver as coisas feitas e mantivemos a mesma política cuidadosa ao longo dos quatro orçamentos. Colocámos os financiamentos que temos a certeza que vamos receber e

apenas na estrita medida para termos o visto do Tribunal de Contas e podermos fazer prova do cabimento orçamental respetivo.

Os *moopies* satisfazem os requisitos de uma cidade património mundial e espero que não tenham muitos erros de tradução.

A verba de apoio à natalidade destina-se a um projeto que foi apresentado, centralizado no serviço de pediatria do hospital de Angra relacionado com consultas médicas extra, com o fornecimento de um berço e de outros equipamentos para crianças e um acompanhamento pós natal.

Interrupção dos trabalhos para almoço que reiniciaram por volta das 14h10m.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este é o último mandato deste executivo camarário que deveria refletir um vasto conjunto de compromissos que foram assumidos na sua candidatura e na tomada de posse referentes a grandes obras que deveriam estar já na fase de conclusão mas o que temos verificado é a conclusão de obras de transição de mandatos anteriores.

Se nos queixávamos que os orçamentos dos mandatos anteriores pecavam por excesso ao assumirem receitas de fundos comunitários que não vinham e mantinham as execuções baixas, agora verificamos o contrário com a apresentação de um orçamento às «piscas» com propostas constantes de alterações nas sessões da Assembleia Municipal. As rúbricas mantêm-se abertas e não se sabe quando chega o financiamento.

O ano passado o deputado Pedro Ferreira chamou a atenção para o orçamento dos 5 euros. Mantém-se a prática do anúncio das obras sem se saber o que vai acontecer com o Programa Operacional 2020, provavelmente assumem-se compromissos com cada um dos senhores presidentes de junta que aqui estão, a população e os seus representantes ficam com a esperança de que as coisas vão acontecer mas não acontecem. A Câmara vai fazendo as suas opções com os fundos camarários de prioridade discutível em termos de importância e retorno para o concelho, de rentabilidade e de geração de emprego.

Somos coerentes e discordamos de alguns investimentos com recurso a capital próprio como temos vindo a discutir ao longo dos anos. É perigoso basear um documento previsional destes em perspetivas de crescimento fiadas no orçamento de Estado para 2017, assumindo que se refletirá no concelho o que constava do orçamento do Governo Regional para a ilha Terceira, porque o orçamentado é diferente do que foi executado.

Por opção ou por falta de acesso aos fundos comunitários, a região também viu atrasados os seus investimentos e alguns percalços em obras que estavam em curso, por isso os compromissos para a Terceira levam sempre mais dez anos a cumprir do que deveriam. Preocupam-me as rúbricas abertas sem qualquer previsão de financiamento comunitário, sem o qual a Câmara não consegue investir.

Para que os documentos sejam realistas e credíveis por parte de empresários, representantes políticos ou outras organizações, é importante que se saiba quando as coisas realmente vão acontecer, caso contrário não se orçamenta. As suas bandeiras, algumas geradoras de consenso com o apoio dos partidos da oposição, não se veem concretizadas neste orçamento com a atribuição de montantes, senhor presidente.

Não há aqui ninguém que não queira o bem e o progresso deste concelho mas há projetos muito mais importantes do que a recuperação daquele edifício, que deveriam merecer mais atenção e financiamento por parte da autarquia. Para o programa «Jovem empreendedor» a rúbrica está aberta com 5 euros e para a recuperação do edifício existem 125 mil. Gostaria que me explicasse porque é que o observatório do mar dos Açores (OMA) vai receber 5 mil euros e os *moopies* terão 300 mil, enquanto o estacionamento tem uma rúbrica aberta de 5 euros. Para a

campanha de controlo de pombos que aqui temos discutido, existem 5 euros. As rúbricas para a requalificação urbana e para as vias municipais são de 5 euros mas há uma aquisição de imóveis no valor de 145 mil. Será que é outra vez o imóvel ao pé da casa dos “Pamplonas” da rua do Marquês?

Estes documentos previsionais estão marcados por rúbricas de 5 euros, por um conjunto de obras e investimentos que deveriam estar concluídos no fim do mandato e pelos que transitam de mandatos anteriores com muitos problemas relativos à sua manutenção.

Sr. presidente da Câmara: – Angra tem andando para a frente, as coisas têm aparecido feitas e tudo o que se promete em relação às freguesias é para se fazer. Estão aqui as pessoas que fazem e estamos a falar diante uns dos outros. Quanto à colocação dos 5 euros, poderíamos ter colocado o valor de meio milhão de euros dizendo que íamos buscar o dinheiro a fundos comunitários, o que só serviria para engrossar o orçamento que depois não corresponderia às reais disponibilidades financeiras. Os senhores presidentes de junta e todos os outros que se obrigam a orçamentos sabem porque é que as coisas devem ser feitas assim.

Vamos fazendo os acertos orçamentais necessários e a respetiva redistribuição financeira em função da prontidão dos projetos e do grau de execução. Funciona no Governo e funciona aqui porque já levamos três anos dessa experiência e temo-nos dado bem porque as coisas têm sido feitas.

Durante a campanha eleitoral há quase quatro anos não me baseei em promessas e nunca o farei; mais vale manifestar a intenção de fazer isto ou aquilo e procuramos caminhar nesse sentido. Dar-me-ia imenso prazer ver muitas obras feitas mas a Câmara de Angra não controla os concursos nem os financiamentos comunitários, assim como não controla muitas outras coisas.

Estamos a falar de obras de melhoramentos da infraestrutura deste concelho que vêm completar processos que estão em curso. Foram sendo feitas as obras mais urgentes como os caminhos e outras que tais mas a Câmara não pode chegar a tudo ao mesmo tempo numa situação de emergência e dificuldade no financiamento como tem sido o arranque do atual quadro comunitário.

É muito difícil iniciar grandes obras no atual ambiente de relacionamento institucional no que diz respeito aos quadros comunitários. Esperemos que as coisas melhorem com o andar do tempo e que aprendamos a fazer candidaturas com maior qualidade e rapidez mas as dificuldades existem. Em todos os trimestres falamos nas juntas de freguesia do que se prometeu e do que se está a fazer, há coisas que não andam tão depressa e outras que ficam para trás mas tentamos sempre lá chegar.

No que respeita ao planeamento de obras, arrancámos neste mandato praticamente sem nenhum projeto em condições de ser executado; felizmente estamos em condições de avançar mas temos que encontrar as soluções para tal. Quando se inicia um novo ciclo de planeamento há um tempo em que não se vê a obra na rua porque se está a preparar os projetos e a planear as coisas. Continuo convencido que este é o melhor orçamento dadas as condições possíveis.

Para finalizar e em jeito de esclarecimento da sua dúvida, temos a intenção de financiar o Observatório do Mar que bem vale esse dinheiro porque nos presta um serviço meritório relacionado com a visitação do parque arqueológico, um aspeto importante para voltar Angra para o mar. Estão instalados num edifício no Porto das Pipas e tencionamos mudá-los para o edifício dos Côrte-real.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Sou capaz de concordar com a existência de alguma parcimónia na elaboração dos orçamentos para que não estejam sistematicamente inflacionados; assim era no passado em que a oposição usava aquela arma de arremesso com

baixas taxas de execução, algo de que o atual presidente da Câmara nunca será acusado devido aos seus orçamentos tão exíguos. Só faltava não ter taxas de execução de praticamente 100%...

Sr. presidente da Câmara: – Mesmo assim as dificuldades existem e não é fácil. Uma coisa é estar aí sentado, a outra é executar.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não deve ter tanta dificuldade em executar. Lembro que há um ano aprovámos 4 e acabámos com 9 milhões de investimento o que significa que não estamos aqui a fazer quase nada porque houve 5 milhões que não vieram ao escrutínio da Assembleia Municipal. Assim sendo, deixa-se de aprovar o orçamento no início do ano e passa-se a fazer o chamado orçamento *ad hoc* com a criação de rúbricas e aprovação de alterações.

Há um ano chamei a atenção para os fundos que eram indefinidos de 90% no que respeita ao empreendedorismo, uma área muito cara à governação socialista. Este ano, e para não correr o risco de ser novamente acusado desses fundos não definidos, o senhor presidente da Câmara pura e simplesmente deixou de ter fundos. Todas as rúbricas ligadas ao empreendedorismo se encontram com os míseros 5 euros, levando a que o CDS-PP os apelidasse de «orçamentos dos 5 euros»; pelos vistos o senhor presidente da Câmara deve ter achado piada porque aceitou e voltou a reforçar essas rúbricas.

Há duas semanas discutimos e votámos o programa do Governo em que a grande medida onde supostamente será gasto dinheiro nos próximos quatro anos desta governação, também socialista, são as alterações aos edifícios públicos para que no século XXI passemos a ter uma região inclusiva. Dito de outra forma, serão feitas rampas e outras alterações no edificado para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

É dito claramente que todas essas obras serão feitas em colaboração com as autarquias locais mas não vejo neste orçamento qualquer referência a essas obras nem um sinal político de estreita colaboração com o Governo para melhoria das acessibilidades.

Em resposta à senhora deputada Rita Andrade, o senhor presidente referiu não se tratar de um erro, o financiamento a 100% com fundos próprios mas não sei até que ponto é possível a execução de toda esta verba. Todo este dinheiro sairá daqui depois. Coloco-lhe uma pergunta técnica: depois do projeto aprovado, pode ser apresentada uma justificação para verbas gastas num projeto com uma data anterior à sua aprovação?

Sr. presidente da Câmara: – Claro que pode. Em boa parte, temos rúbricas com 5 euros porque não temos nenhuma intenção de gastar 2 milhões mas precisamos de os ter para obtermos um visto imediato e iniciarmos uma obra tão depressa quanto possível. Quando estiver financiado, o dinheiro que entrar da União Europeia vai reforçar as outras verbas.

Não se preocupe com os 5 euros que o dinheiro há de chegar; uma parte está aí, vamos gastar apenas 15% de fundos próprios e o restante será libertado com a aprovação da candidatura. É mais prudente fazer-se as coisas assim porque a obra arranca logo que se obtenha o visto.

É bom lembrar que não entra nem sai um cêntimo do orçamento do município sem a aprovação desta Assembleia. Sem a aprovação desta casa a todas as alterações aos valores globais de investimento não é possível iniciar as obras.

As acessibilidades são uma grande preocupação porque temos uma cidade que apresenta muitas dificuldades a quem possui mobilidade mais reduzida, não apenas nos edifícios mas também nas ruas. Temos passeios que não permitem a passagem de uma cadeira de rodas e passadeiras com um degrau que não é regulamentar e é preciso elevá-las um pouco por toda a cidade. Andar numa cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé nesta cidade é uma missão praticamente impossível.

Já comprámos e encontra-se em viagem o elevador que será montado aqui atrás para melhorar a acessibilidade ao primeiro andar do edifício dos Paços do Concelho. Tem-se vindo a fazer esse

esforço em todos os edifícios municipais e a nivelar as passadeiras com os passeios, um trabalho enorme para se cumprir o regulamento da acessibilidade geral. Vamos precisar da colaboração do Governo porque há um enorme investimento a fazer em termos de acessibilidade também nas vias regionais com o alargamento de passeios, retirada de sinais e eliminação de outros obstáculos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – No ponto 3 do seu programa eleitoral que aqui está o senhor promete uma especial atenção ao mundo rural. Se reserva 5 euros para as acessibilidades com a desculpa de colocar mais qualquer coisa depois, o senhor destina 2 mil euros para a revitalização das freguesias rurais, cabendo pouco mais de 100 euros a cada freguesia, o que não dá sequer para fazer sair a filarmónica à rua e não me parece a melhor maneira de as revitalizar. Sendo que o seu programa merece tão elevado destaque no ponto 3, esta é uma especial atenção mas no sentido inverso.

O senhor vai receber estes 600 mil euros da EDA cujas infraestruturas estão também instaladas no mundo rural. Assim sendo, pergunto se esta verba não poderia ser dividida pelas freguesias conforme a dimensão das infraestruturas nelas instaladas.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que dificilmente alguém poderá acusar esta Câmara de falta de atenção ao mundo rural e os senhores presidentes de junta aqui presentes sabem disso. A revitalização do mundo rural tem a ver com um conjunto muito alargado de outras medidas com enorme sucesso. Até hoje não foi recusada qualquer tipo de ajuda que nos tenha sido pedida por um império, igreja, filarmónica ou outra qualquer instituição.

Lembro que as taxas das festas desapareceram, significando cerca de 600 ou 700 euros por ano para cada freguesia. As juntas de freguesia têm contado sempre com o nosso apoio para resolver qualquer questão que lhes vá surgindo, com particular enfoque no que diz respeito ao mundo rural, para onde vai mais de meio milhão de euros por ano.

Ao analisarmos um orçamento não basta olhar apenas para as GOP; é preciso ver a globalidade das coisas. O mundo rural implica diversas políticas que vão desde a redução do IMI nalgumas freguesias até à redução ou desaparecimento de outras taxas, além de outros cuidados que temos vindo a prestar exatamente no sentido de melhorar a qualidade de vida de quem lá vive e tornar os espaços mais atrativos. Basta olhar com mais atenção que já não vemos edifícios mal mantidos como estávamos acostumados.

No mundo rural tem ainda sido feita uma enorme limpeza com a retirada de milhares e milhares de toneladas de lixo em colaboração com as juntas de freguesia e de múltiplas instituições. O nosso concelho pode orgulhar-se do trabalho que tem sido feito fora da cidade.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Há pouco não disse que o senhor presidente da Câmara tem feito alterações ao orçamento sem a aprovação desta Assembleia; era só o que faltava. Eu disse que não valeria a pena marcar uma reunião com o objetivo de analisar e votar um orçamento que representa menos de metade do investimento.

Sr. presidente da Câmara: – Felizmente para todos nós, este ano não vai ser assim.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não sei se não será, a avaliar pelo número de rúbricas a 5 euros. Se retirarmos a rúbrica referente ao percurso Relvão-Fanal, resta-nos pouquíssimo para a reabilitação e regeneração urbana. Não vejo aqui rúbricas que mostrem a intenção de fazer alterações no edificado público no sentido de melhorar as acessibilidades.

O senhor presidente da Câmara começou a sua atuação por fazer um orçamento muito espartano, denominando-o de «orçamento de precaução», agora chama-lhe «orçamento de continuação» mas que eu apelidaria de «estagnação». É pena que nunca tenhamos passado por um orçamento de execução...

Sr. presidente da Câmara: – Senhora deputada, acerte. O ano passado executámos o dobro do que prometemos e a senhora há pouco disse que gastámos o dobro...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Qual foi a obra emblemática da sua eleição? Há três anos o senhor disse que não queria ficar com o boi, que tudo eram coisas passadas e mortas, não queria herdar nada disso e o que tem para nos apresentar são as obras que herdou. Não temos rigorosamente nada no que toca a obras novas da sua conceção. Passámos de um orçamento de precaução para um orçamento de estagnação sem passar pela verdadeira execução da sua obra.

Sr. presidente da Câmara: – Não se pode acusar de falta de execução e depois dizer-se que afinal foi o dobro do que nos tínhamos comprometido executar. Essas afirmações resolvem-se por si e as obras de que mais me orgulho são as que aparecem menos. Temos uma cidade a funcionar com ruas bonitas, limpas e arranjadas para agradar a quem nos visita e volto a afirmar que não preciso de ficar ligado a nenhuma grande obra.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Orçamento da Câmara Municipal e as GOP's para 2017 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor (21 do PS, 1 do d. m. independente e 4 do PSD) e 8 votos contra (5 do PSD e 3 do CDS-PP).

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa declaração de voto): – O PSD partilha de algumas opções políticas do atual executivo que transitam e se mantêm no orçamento de 2017 e os exemplos são os já referidos pelos nossos vereadores em reunião camarária: a redução ou isenção de encargos e taxas para incentivar o investimento em Angra por parte dos mais jovens como forma de combater o desemprego e estimular a economia, as reduções do IMI para atrair residentes às zonas em risco de desertificação, o IMI familiar e a reprogramação dos investimentos para aproveitar melhor os quadros comunitários de apoio.

Aconselhamos cautela na elaboração dos orçamentos de modo a não os fazer empolados e não concordamos com esta fragmentação de sessão em sessão desta Assembleia que fazem com que a reunião de hoje, uma das mais importantes do ano, se vá esvaziando de significado porque deixa de haver previsibilidade nos documentos que se aprovam. As rúbricas estão todas abertas e nunca ninguém sabe o que será executado em primeiro lugar.

Não concordamos com alguns rumos traçados neste orçamento que vão marcar a cidade e não poderão ser revertidos. Apesar de o PSD ter defendido a partir de determinada altura a localização do mercado municipal no Bailão, não podemos concordar com o projeto que está a ser elaborado porque temos sérias dúvidas quanto à sua implantação, dimensões e características e à falta de uma discussão pública com a apresentação de projetos alternativos.

Quando se começou a falar na necessidade de deslocalizar o mercado municipal, ainda não se tinha verificado um crescimento de zonas comerciais em volta da cidade. Não havia um supermercado na Terra do Pão e outro no Porto Judeu nem a ampliação do hipermercado. Devido à atual oferta de serviços deve ser repensado um mercado municipal com aquelas características e dimensões.

Apesar da necessidade da reabilitação do imóvel histórico, o PSD não concorda também com a prioridade dada à construção do Centro Interpretativo de Angra com aquele custo e dimensões. É necessário um orçamento participativo neste concelho, uma ideia que começa a ser defendida noutros municípios de várias cores políticas na região e no resto do país onde esses orçamentos participativos foram já implementados e trouxeram os cidadãos para a discussão das opções orçamentais.

Deveria haver uma qualquer devolução da porção variável do IRS pago pelos municípios deste concelho. Estas propostas, levantadas em anos anteriores e liminarmente rejeitadas por este executivo camarário, constarão certamente de futuros programas eleitorais do PSD.

Não concordamos com a construção de um pavilhão desportivo numa freguesia como S. Mateus onde a atividade desportiva não o justifica, enquanto a Terra Chã, com um clube desportivo como «Os Matraquilhos» com um papel social incontornável, continua sem um pavilhão para a prática do desporto.

Mais uma vez as contas das Sanjoaninas não estão vertidas neste plano e orçamento, assim como não se veem discutidas com clareza nestes documentos as questões relacionadas com o trânsito. Tendo em conta todos estes vazios e falta de respostas, o PSD é contra este orçamento num voto revelador da afirmação política de que acreditamos noutras opções que julgamos melhores para o concelho.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (numa declaração de voto): – Segundo palavras do senhor presidente da Câmara, analisámos hoje aqui um orçamento de futuro com investimentos do passado. Continuamos a falar de trânsito sem luz ao fundo do túnel, de um silo automóvel, de um terminal de passageiros com apenas 5 euros de rubrica no orçamento e do projeto megalómano do senhor presidente da Câmara referente a um hipermercado municipal que não vê a luz do dia e não merece a concordância do CDS-PP no que respeita à sua localização no Bailão.

Continuamos a orçamentar um centro interpretativo que não ata nem desata, a discutir o projeto do Porto das Pipas, merecedor da concordância do senhor presidente da Câmara, e as poupanças ou encaixes financeiros provenientes de contenções energéticas ou cobranças de direitos de passagem sem que seja ponderada uma redistribuição de milhares de euros para as freguesias.

Continuamos a ouvir uma câmara municipal dizer que tem dinheiro de sobra no banco mas não está disponível para devolver aos angrenses parte da sua receita variável em sede de IRS. Continuamos com um orçamento que supostamente visa o futuro de Angra mas continua a não permitir a participação ativa dos munícipes através da adoção de uma prática democrática salutar que é o orçamento participativo, exceção feita ao orçamento participativo dos jovens, se bem que num exercício meio «pré-fabricado».

Continuamos a falar de orçamentos de milhões sem se ouvir uma palavra sobre investimentos nas nossas freguesias, a não ser o «empréstimo de funcionários de programas precários às suas juntas».

Não sei se é devido à coincidência de 2017 ser um ano eleitoral mas hoje estamos confrontados com uma proposta de orçamento que cresce de 15,6 para 18,8 milhões de euros, o que significa pouco mais de 40% de verbas destinadas apenas ao investimento.

Devido à disparidade das opções políticas e porque enferma de uma preocupação base que teima em passar e se prende com o aproveitamento dos fundos comunitários, o CDS-PP tem grandes dificuldades em viabilizar um orçamento que serve basicamente para pagar despesas correntes e, quem sabe, alguma campanha eleitoral. Temos pena e julgávamos que os angrenses que votaram no PS mereceriam um pouco melhor.

1.3 – Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo acompanhados do mapa de pessoal para 2017, para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- **Despesas de investimento:** 2 418 820,00 € (dois milhões quatrocentos e dezoito mil oitocentos e vinte euros).

Orçamento:

- **Receitas correntes:** 5 964 190,00 € (cinco milhões novecentos e sessenta e quatro mil cento e noventa euros).
- **Receitas de capital:** 2 089 450,00 € (dois milhões oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta euros).
- **Total geral das receitas:** 8 053 640,00 € (oito milhões cinquenta e três mil seiscentos e quarenta euros).
- **Despesas correntes:** 5 434 820,00 € (cinco milhões quatrocentos e trinta e quatro mil oitocentos e vinte euros).
- **Despesas de capital:** 2 618 820,00 € (dois milhões seiscentos e dezoito mil oitocentos e vinte euros).
- **Total geral das despesas:** 8 053 640,00 € (oito milhões cinquenta e três mil seiscentos e quarenta euros).

Sr. presidente da Câmara: – Ao contrário da Câmara Municipal, os documentos dos SMAH mantêm a mesma situação financeira dos anos anteriores. Vamos no sexto ano sem qualquer aumento de tarifas e este ano optou-se mais uma vez por não as aumentar.

Embora dentro do sustentável, os SMAH continuam com uma situação financeira de alguma dificuldade o que não impede alguns investimentos. Este ano esperamos iniciar um desses investimentos que é estruturante e dará um excelente contributo para a resolução dos problemas dos próprios Serviços. Um dos grandes custos tem a ver com o sistema de tratamento de esgotos numa obra importante de início do processo de separação de redes e encaminhamento gravítico dos efluentes diretamente até à ETAR.

Este ano continuaremos também um outro conjunto de obras como o processo de interligação de redes para garantirmos o abastecimento de água em caso de um ano seco. O investimento está em curso e visa reforçar a segurança no abastecimento à zona leste do concelho dando continuação ao que foi feito na zona oeste nos dois anos anteriores.

Este orçamento mantém um grande rigor na previsão das receitas porque se encontra resolvida a questão do aterro intermunicipal que influenciava de forma negativa os orçamentos dos SMAH. Foram feitas as respetivas escrituras e fez-se o aumento de capital da TERAMB com a incorporação dos valores respetivos. Os Serviços Municipalizados têm agora um orçamento que reflete a sua atividade, visa manter o mesmo nível de investimento e garantir a sua segurança financeira e não está empolado ou distorcido visto que o aterro não está incluído na sua gestão.

Os SMAH encontram-se numa situação ainda mais difícil do que a Câmara Municipal do ponto de vista do rácio entre a despesa com pessoal e as receitas correntes. Devemos manter uma política de grande prudência na contratação para não distorcer ainda mais a sua situação orçamental e continuamos com a intenção de admitir eventualmente um engenheiro civil que mais falta está a fazer. Dada a idade das pessoas que lá trabalham não se espera um número significativo de aposentações mas vamos ver como as coisas evoluem.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Temos menos divergências no que toca a este orçamento, senhor presidente; todavia, pergunto-lhe se a situação financeira mais preocupante dos SMAH decorre de opções do passado recente como a mudança da gestão do aterro sanitário para outra entidade e a concessão da recolha seletiva de resíduos a privados.

Sabemos que há consumos energéticos brutais na bombagem dos efluentes até à ETAR. Sob pena de eventualmente voltarmos a discutir no ano que vem um orçamento que venha aumentar os tarifários dos Serviços Municipalizados, peço-lhe uma calendarização das obras referentes à separação das redes, nomeadamente a proveniente da PRONICOL e da outra que vem por Santa Luzia até ao Fanal.

Sr. presidente da Câmara: – As questões de concessão libertam meios e reduzem as despesas dos Serviços Municipalizados. A ETAR da Grota do Vale e o sistema elevatório associado são extremamente caros, temos tarifas de recolha de resíduos que não pagam o gasóleo dos camiões que o recolhem e o valor da venda das águas subsidia os outros setores. Felizmente temos vindo a cobrir sensivelmente as despesas com a receita, até agora não foi preciso e não se prevê qualquer injeção de dinheiro da Câmara nos Serviços Municipalizados.

Temos tido bons anos hídricos que se traduzem numa extraordinária poupança de energia nos furos que se revela em melhores receitas da água. A opção de retirar aos SMAH a recolha dos recicláveis permite poupar muito dinheiro que poderá atingir os 150 mil euros se algum dia for conseguida. Essa matéria foi concessionada por ambos os municípios à TERAMB que abriu concurso para os pequenos produtores mas ninguém concorreu e estão apenas concessionados os grandes produtores. Os SMAH vão continuar a fazer o que fazem agora pelo menos até que determinemos um novo enquadramento para esta matéria, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista técnico.

Gostaria que no próximo ano não houvesse aumento de tarifas e parece-me possível manter esta situação durante mais alguns anos porque não vale a pena estarmos a carregar os nossos concidadãos. Apesar de não fazermos muito dinheiro, as perdas não são tais que ponham em risco o equilíbrio global dos serviços.

Quando aqui cheguei, os prejuízos dos Serviços Municipalizados rondavam o meio milhão de euros e agora andamos na casa da centena de milhar. A inflação aconteceu, não houve aumento de tarifas, vamos manter essa posição e continuar a melhorar a eficiência dos serviços.

Quanto à calendarização, foi feito o concurso público e estão a ser analisadas as propostas. Trata-se de uma única obra que terá um prazo de execução de doze meses mas não lhe posso dizer quando começa.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Relativamente à remodelação da ETAR de S. Sebastião, nos documentos da Câmara consta um valor de 135 mil euros em números redondos enquanto no *site* do «Açores 2020» que acabei de consultar, se verifica uma aprovação de 154 614,82 €. Gostaria de saber se há um erro ou se existe alguma justificação para esta diferença.

Não há grande coisa a dizer relativamente aos documentos previsionais a não ser que se verifica uma grande dependência dos fundos comunitários. A maior parte das obras previstas encontra-se a aguardar financiamento e gostaria de saber se foram aprovadas algumas outras que não se encontravam aprovadas na passada sexta-feira, nomeadamente a aquisição de viaturas de lavagem de contentores. O que consta nos documentos é uma afirmação de que as candidaturas estão aprovadas e julgo não ser verdade.

Sr. presidente da Câmara: – Há cerca de um mês foi comunicada aquela intenção de aprovação. Creio que já foi aprovado o projeto referente à nova rede de águas na Canada das Almas, a compra de Eco Pontos também está aprovada, assim como a aquisição das viaturas de lavagem de carros. Algumas ainda se encontram na fase de transitar entre a intenção de aprovação e a sua publicação mas estão garantidas.

Quanto à ETAR de S. Sebastião, acontece que o valor da candidatura era superior ao valor da adjudicação e a execução real é essa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Os Serviços Municipalizados têm pela frente tarefas hercúleas com trabalhos necessários em termos de águas residuais e redes de distribuição devido às apostas erradas dos diversos executivos camarários dos últimos 20 anos porque se entendia que as obras enterradas não tinham retorno político. Deixou-se a rede atingir o limite das suas capacidades de distribuição e ultrapassar o seu prazo de validade e o senhor presidente conhece bem o custo anual dessas perdas para o município.

Constam destes documentos um conjunto de obras importantes que pecam por tardias e como não podemos avaliar a eficácia dos métodos para a resolução de todos estes problemas, vamos abster-nos na votação deste orçamento dos Serviços Municipalizados.

Não se registando mais intervenções e após votação, os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria com 26 votos a favor (20 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 7 abstenções (4 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.4 – Primeira alteração ao Regulamento do Parque Industrial de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta alteração visa alargar por mais um ano uma norma que consta como transitória no atual regulamento e terminaria em 2017. Além disso estamos a aumentar o incentivo de 50 para 85% para tornar mais atrativa a instalação de comércio e indústria no parque industrial. Quem comprar uma instalação inativa há mais de um ano beneficia de 85% de desconto na tarifa no caso da concessão de direito de superfície durante dez anos ou verá o retorno de 85% do valor pago caso esteja em atividade ao fim de dez anos.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta de alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara: – Proponho ao senhor presidente da Mesa que os Pontos 1.5 e 1.6 sejam discutidos e votados em conjunto. Foram introduzidas alterações que devem agora ser refletidas nos planos respetivos que são mandatados por lei. A entrada de novos dirigentes obriga a uma adequação e é o que está a ser feito em relação à Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados.

1.5 – Adequação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas à nova orgânica da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 e da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Adequação constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.

1.6 – Adequação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas à nova orgânica dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 e da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro.

Posta à votação, a Adequação constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 – Norma de Controlo Interno dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Exatamente pelas mesmas razões é necessário atualizar a norma de controlo interno dos Serviços Municipalizados adequando-a às novas estruturas e aos novos

dirigentes. O mesmo terá que ser feito em relação à Câmara Municipal mas ainda não ficou pronta essa atualização.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Norma constante do Ponto 1.7 foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara: – Devido à alteração orgânica torna-se necessário realizar três concursos de seleção. Um dos concursos corresponde a uma unidade que é criada ex-novo e mais duas unidades que foram reajustadas e colocada a respetiva chefia a concurso. Recordo que esta Assembleia aprovou despesas de representação para as outras chefias. Assim sendo e por uma questão de equidade, faz todo o sentido que se mantenha a política em relação a estas chefias.

1.8 – Designação de júris para o recrutamento de cargos de dirigente intermédio de 2.º e 3.º grau para as unidades que abaixo se indicam, bem como a atribuição de despesas de representação aos candidatos a selecionar. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos do n.º 1 do artigo 13.º e do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos (Dirigente intermédio de 2.º grau):

Presidente: Carla de Miranda Sampaio Raposo, Inspectora Delegada da Inspeção Regional do Trabalho.

1.º Vogal: Fernanda Maria Fernandes Fantasia, Chefe de Divisão dos Assuntos Jurídicos e Eleitorais da Vice-Presidência do Governo Regional.

2.º Vogal: Eduína Maria F. Ornelas Borges, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

1.º Suplente: Paulo Fantasia Cardoso, Chefe de Divisão da Unidade de Serviços Integrados.

2.º Suplente: Maria Isabel de Melo Correia, Técnica Superior da Unidade de Serviços Integrados.

Unidade de Cultura e Desenvolvimento Socioeconómico (dirigente intermédio de 2.º grau):

Presidente: Carla de Miranda Sampaio Raposo, Inspectora Delegada da Inspeção Regional do Trabalho.

1.º Vogal: Fernanda Maria Fernandes Fantasia, Chefe de Divisão dos Assuntos Jurídicos e Eleitorais da Vice-Presidência do Governo Regional.

2.º Vogal: Eduína Maria F. Ornelas Borges, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

1.º Suplente: Paulo Fantasia Cardoso, Chefe de Divisão da Unidade de Serviços Integrados.

2.º Suplente: Maria Isabel de Melo Correia, Técnica Superior da Unidade de Serviços Integrados.

Aprovado por maioria com 26 votos a favor (20 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 7 abstenções (4 do PSD e 3 do CDS-PP).

Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida (dirigente intermédio de 3.º grau):

Presidente: Carla de Miranda Sampaio Raposo, Inspectora Delegada da Inspeção Regional do Trabalho.

1.º Vogal: João Pedro Borba Mont'Alverne Sequeira, Diretor do Serviço de Desporto da Terceira.

2.º Vogal: Eduína Maria F. Ornelas Borges, Diretora Delegada dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

1.º Suplente: Paulo Fantasia Cardoso, Chefe de Divisão da Unidade de Serviços Integrados.

2.º Suplente: Maria Isabel de Melo Correia, Técnica Superior da Unidade de Serviços Integrados.

Aprovado por maioria com 27 votos a favor (20 do PS, 1 do d. m. independente e 6 do PSD) e 7 abstenções (4 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.9 – Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2017. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Prolonga-se por mais um ano a isenção parcial de pagamento dos ramais destinados a abastecimento agrícola que caducaria no dia 31 de dezembro deste ano. Assim os lavradores poderão fazer por mais um ano as ligações à rede em explorações agrícolas a um preço mais módico.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento do tarifário constante do Ponto 1.9.

1.10 – Relatório de contas do segundo trimestre de 2016 da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Terceira, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Mais uma vez estamos perante um relatório que ainda não reflete na essência o funcionamento da TERAMB devido ao período de arranque. Tivemos duas avarias graves na central, uma delas por razões imputáveis a quem a construiu que assumiu os devidos custos e a outra por um erro nosso de manobra. Estamos ainda na fase de aprendizagem, as coisas têm corrido manifestamente bem e a TERAMB encontra-se num desempenho dentro do esperado apesar de este não ser ainda um ano representativo dos pontos de vista técnico e financeiro.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Sei que houve uma situação com manteiga e julgo que uma outra relacionada com a bomba. Gostaria que o senhor presidente informasse a Assembleia acerca dos problemas decorridos na TERAMB imputáveis à Câmara e quais os respetivos prejuízos.

A meio do ano e comparando com o período homólogo, registou-se um aumento de cerca de 50% das vendas e serviços prestados equivalentes a 300 mil euros e a TERAMB apresenta 50 mil euros de prejuízo. Não sei o que vai acontecer até ao final do ano mas seria de esperar que os resultados se revelassem positivos devido a este aumento das vendas.

Sr. presidente da Câmara: – Houve um incidente com a colocação de um produto que derreteu antes de entrar na câmara de combustão e acabou por arder por debaixo do forno. Tratou-se de um assunto complicado mas de consequências relativamente pequenas.

A segunda questão tem a ver com o funcionamento das bombas de recirculação onde tivemos um acidente mais grave. A central foi objeto de uma inspeção para certificação definitiva da sua ligação à rede pública de energia e durante esse processo eram necessárias várias manobras de ligar e desligar. Quando se desligou a central, a bomba manteve-se em funcionamento com a central parada e partiu-se. O incidente não se pode imputar ao fabricante embora tenha algumas responsabilidades porque o sistema de alarmes baseia-se apenas num texto no ecrã. Essa questão informática está a ser resolvida no programa de gestão da central para que esses

alarmes se tornem mais visíveis e sonoros. Este incidente causou-nos um prejuízo estimado em cerca de 30 mil euros.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Há cerca de três semanas ou um mês vi uma notícia num jornal nacional que dava conta da importação de lixo proveniente da cidade italiana de Nápoles para ser depositado em aterro em Portugal, algo inconcebível. Visto que a TERAMB não está a receber lixo de todas as ilhas açorianas, pergunto se essa importação de lixo para queimar não seria uma oportunidade de negócio e se a incineradora foi certificada na sequência desta inspeção.

Sr. presidente da Câmara: – Essa fase está ultrapassada, a incineradora foi certificada e estamos em velocidade de cruzeiro. A importação de lixo para queimar é um assunto candente. A nossa capacidade disponível anda entre as 20 e as 30 mil toneladas/ano, o que é manifestamente pouco para os operadores de resíduos a nível local e internacional, e não seria mau importarmos algum desse lixo desde que viesse devidamente tratado.

Há um produto chamado CDR, (Combustível Derivado de Resíduos) com estabilização da parte orgânica e mantida apenas a parte seca. O mercado destes resíduos é muito curto devido à falta de incineradoras na Europa. Há uma grande procura, poderíamos eventualmente receber algum e a consequência boa seria o melhoramento das contas da TERAMB. Se não fizermos nada de especial, chegaremos ao fim do ano com valores negativos entre os 70 e os 200 mil euros, o que se espera no ano de arranque com recuperação no ano imediato. Com a introdução desses resíduos provavelmente não teremos esses valores negativos.

Dependendo dos dias, estamos a usar cerca de 30 ou 40% dos resíduos retirados das bolsas antigas que são extremamente caros do ponto de vista da mão de obra, enquanto os resíduos recebidos de fora pagam para entrar. A retirada de resíduos do aterro é negativa para as contas da TERAMB mas, para o bem ambiental da ilha Terceira, o ideal seria a queima de todas as bolsas o mais rapidamente possível.

A questão da entrada de resíduos do exterior foi considerada, chegaram-nos algumas propostas de negócio nessa área mas não é o momento ideal para isso por estarmos ainda numa fase de aprendizagem. Temos que dar prioridade à queima de resíduos do aterro e só o faremos caso seja necessário do ponto de vista financeiro. Temos potencial para ganhar muito dinheiro com a importação de resíduos mas a decisão carece de mais experiência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Há também aqui uma questão política e que tem a ver com o dimensionamento da unidade. Sempre foi motivo de consenso nesta casa que a incineradora devia ser dimensionada para o tratamento dos resíduos da ilha Terceira, para receber os resíduos tratados dos centros de processamento dos grupos central e ocidental dos Açores de acordo com o que constava do PEGRA e agora do PEPGRA, e nunca para receber resíduos de fora da região porque queremos preservar uma imagem de marca e de qualidade ambiental. Aquela unidade deve prestar um serviço à ilha e à região e não mais do que isso.

A produção de energia elétrica com fontes renováveis vai precisar da construção da central hídrica reversível. Em S. Miguel existe a polémica em que os autarcas assumem a necessidade imperiosa da construção de uma central hídrica reversível senão a incineradora não será rentável e não vale a pena construí-la se não for possível armazenar a energia produzida devido ao excesso de oferta de energias renováveis.

Na ilha Terceira a situação é a mesma como confirmou o senhor presidente da Câmara na conferência de líderes com a necessidade de deslastrar o excesso de energia produzida. Com a entrada em funcionamento da geotermia e outras unidades de produção de energia sob a forma renovável teremos excesso de produção na rede. Se não houver uma hídrica reversível não teremos capacidade de aproveitamento de energia e estaremos a gastar dinheiro.

Sei da existência de terrenos comprados ou em fase de aquisição, senhor presidente. Pergunto-lhe se será um projeto camarário, governamental, para quando, quem paga e com o que podemos contar.

Sr. presidente da Câmara: – Também considero perfeitamente inadequado o envio para a ilha Terceira de resíduos provenientes do estrangeiro para aterro; coisa diferente é a receção de resíduos devidamente acondicionados para a produção de energia que é o mesmo que recebermos combustível, por isso são denominados de CDR (Combustíveis Derivados de Resíduos) que são usados por toda a Europa e pelo mundo civilizado.

Volto a lembrar que este equipamento foi dimensionado para os resíduos previsíveis da ilha Terceira e das restantes ilhas dos grupos central e ocidental e deixada uma folga destinada à limpeza do passivo ambiental que está a ser feita.

A única questão que aqui se coloca é de natureza financeira com a possibilidade da substituição de resíduos de aterro por CDR's que pagam para entrar, produzem mais energia e são mais eficazes do ponto de vista do funcionamento da incineração. Temos uma instalação tecnológica que pode ser usada para vender um serviço de tratamento de resíduos.

Acho bem que o governo português tenha proibido a importação de resíduos para depósito em aterro, algo perfeitamente inaceitável porque já temos problemas que cheguem. Os resíduos vêm secos e tratados em fardos enrolados em plástico, semelhantes aos que são usados pelos agricultores e são apenas queimados.

Temos resíduos suficientes em aterro para 40 anos ao atual ritmo de elaboração numa incineradora com um horizonte de projeto de 25 anos. Se os nossos vizinhos de S. Miguel quiserem enviar alguns resíduos para tratarmos cá, estamos em condições de os receber até 25 mil toneladas mas parece que não estão interessados nisso e querem construir a sua incineradora como construímos a nossa porque já perceberam que é bom para a sua ilha.

Quanto à hídrica reversível, estamos mais avançados do que S. Miguel porque temos um projeto pronto e aprovado enquanto o projeto que lá tinham acabou por ser chumbado e estão a começar tudo do princípio.

Se leram o Diário Insular da semana passada, puderam constatar as afirmações do professor Duarte Ponte dizendo que a obra está em condições de ser iniciada aqui na Terceira e será construída pela EDA que, se quiser a participação da TERAMB, temos muita vontade de o fazer com disponibilidade de entrar nesse capital. A EDA entende que o deve fazer sozinha, o que é razoável porque serão os principais utilizadores da infraestrutura.

Não se registando mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de contas do segundo trimestre de 2016 da TERAMB constante do Ponto 1.10.

1.11 – Relatório de execução parcial do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo referente ao ano de 2015, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

1.12 – Relatório de monitorização dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas referente ao ano de 2015, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Peço ao senhor presidente da Mesa para juntar na discussão os Pontos 1.10 e 1.11. Chegámos à conclusão que deveriam ser feitos relatórios anuais porque fomos rever os procedimentos e resolvemos pôr as coisas em dia. Estamos a apresentar os relatórios relativos a 2015 e creio que não se faziam desde 2010. De ora avante, e com a

modernização e o arranjo que foi feito nos planos que aprovámos atrás, teremos que o fazer com maior frequência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de questionar o senhor presidente da Câmara sobre o tipo de riscos e situações a que esta autarquia está sujeita, que medidas foram implementadas e o que é mais comum neste tipo de situações no grupo municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Estas matérias têm merecido um olhar cuidadoso da nossa parte quer na Câmara, quer nas reuniões de chefias que fazemos semanalmente. Naquilo que poderia ser a grande corrupção, felizmente os riscos são moderados a não ser que houvesse aqui um conluio de muitas pessoas. Não direi impossíveis mas são altamente improváveis as situações que digam respeito à vertente financeira. No que respeita às miudezas, a situação já não é assim tão fácil por causa do tubo, do herbicida ou porque a máquina no fim de semana foi não sei para onde. Estas pequenas coisas são irritantes, mais difíceis de controlar e não deveriam acontecer.

Melhorámos as medidas ao nível das novas instalações oficinais a funcionar no parque industrial que possuem apenas uma porta e têm controlo absoluto de entradas e saídas. Deixámos de ter N portas e armazéns por todo o lado e temos as coisas muito mais controladas.

Todas as quintas feiras temos uma reunião com as chefias, a quem fazemos pressão para terem muita atenção a estas matérias, não por causa dos valores mas devido à imagem que estas coisas nos trazem. Temos tido uma grande prudência para que tudo o que pertence ao município seja devidamente usado ao serviço do município.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Gostaria que o senhor presidente da Câmara me esclarecesse as razões da parcialidade do relatório.

Sr. presidente da Câmara: – O relatório é parcial porque, infelizmente, a última aprovação do plano tinha sido feita em 2009. Entre o plano que estava em vigor e a estrutura existente em 2015 não foi possível uma execução total porque não há sobreposição e uma coisa não coincide com a outra. Em 2012 houve uma alteração orgânica que não foi seguida como acontece agora por uma adequação dos respetivos planos e só foi possível fazer uma execução parcial.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos Relatórios constantes dos Pontos 1.11 e 1.12.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Designação de um cidadão eleitor para fazer parte da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, em substituição da cidadã eleitora Ana Arroz, nos termos da alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003 de 22 de agosto.

Não se registaram quaisquer intervenções. Após votação por escrutínio secreto, foi designada a cidadã eleitora Ângela Mendonça Martins.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Cipriano Borges.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

O Partido Socialista propõe um voto de pesar pelo recente falecimento de José Cipriano Borges. Não o tendo conhecido pessoalmente, o senhor José Cipriano fica no meu imaginário e

no imaginário de muitas gerações como o responsável pelas Organizações Cipriano. Depois de alguma investigação, constatei estarmos perante um angrense notável que, com todas as limitações formativas e de educação, não ficou à espera que as coisas acontecessem, foi à luta pela vida, soube gerir o que conquistou e tornou-se um grande empreendedor, algo pelo qual hoje todos lutamos.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de José Cipriano Borges constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.

A senhora deputada Tânia Gil da Rocha, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. d. m. Pedro Ferreira (numa interpelação à Mesa): – Gostaria de reforçar mais uma vez a ausência da comunicação social na cobertura dos nossos trabalhos. Lembro que esta Assembleia aprovou há pouco tempo uma recomendação para que a empresa detentora de um contrato de prestação de serviços de audiovisuais com a Câmara Municipal fizesse a cobertura informativa das reuniões desta Assembleia e consequente divulgação através dos canais próprios da autarquia mas essa recomendação não foi cumprida hoje. Em nome do grupo municipal do CDS-PP, desejo a todos umas boas festas.

Sr. presidente da Mesa: – Aproveito também para agradecer a colaboração de todos os senhores deputados durante os trabalhos decorridos no ano 2016 e desejar ao executivo camarário, aos senhores membros da Assembleia e às respetivas famílias, um bom Natal e um feliz ano novo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h00m do dia 28 de novembro de 2016, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1.º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

A 1ª Secretária

Maria Luísa da Cunha Ribeiro